



# **ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**CURSO DE GNR CAVALARIA**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

## **A IMPORTÂNCIA DA VALÊNCIA EQUESTRE PARA O CUMPRIMENTO DA MISSÃO TERRITORIAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

**ALUNO: Aspirante GNR/Cav. Bruno Miguel Fernandes Pires**  
**ORIENTADOR: Capitão GNR/Cav. Paulo Jorge Paredes Vilela**

**LISBOA, JULHO DE 2008**



# **ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**CURSO DE GNR CAVALARIA**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**A IMPORTÂNCIA DA VALÊNCIA EQUESTRE PARA O  
CUMPRIMENTO DA MISSÃO TERRITORIAL DA  
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

**ALUNO: Aspirante GNR/Cav. Bruno Miguel Fernandes Pires**  
**ORIENTADOR: Capitão GNR/Cav. Paulo Jorge Paredes Vilela**

**LISBOA, JULHO DE 2008**

# DEDICATÓRIA

**À minha família  
e ao  
Ao XIII TPO/GNR**

## AGRADECIMENTOS

Esta página tornar-se-ia pequena para expressar os agradecimentos por todo o apoio prestado, por todas as pessoas, dentro e fora da Guarda Nacional Republicana. Ainda assim, e convicto de que o simples esquecimento não tenciona menosprezar ninguém, quero expressar o meu sincero agradecimento:

Ao **Capitão Paulo Vilela**, que na qualidade de orientador sempre se mostrou pronto a ajudar, mesmo em prejuízo do seu tempo livre. Só com a sua ajuda e orientação foi possível efectuar o trabalho que agora se apresenta. Salientar ainda, o imenso incentivo que sempre recebi da sua parte.

Ao **Capitão Marco Nunes**, da Chefia do SEPNA, e ao **Sr. Firmino Loureiro**, Chefe da Polícia Florestal de Monsanto, que desde o primeiro contacto se mostraram disponíveis para as entrevistas exploratórias e ajudar no que fosse necessário.

À **Dra. Teresa Carla Boto**, por toda ajuda, sem esquecer as palavras simpáticas e incentivadoras que sempre transmitia.

À **Manuela Amorim**, sempre disposta a ajudar e apoiar nos momentos difíceis.

A todos os **Comandantes de Grupo** e **Destacamento Territorial**, que se dignaram a responder ao inquérito, mesmo neste período de tempo complicado em virtude das alterações que actualmente se verificam na organização da GNR.

A todos os militares que prestam serviço na Escola da Guarda, na pessoa do Exmo. **Major General Pinheiro Chaves**, Comandante da Escola da Guarda, pelo apoio e preocupação em proporcionar todas as facilidades para que a realização deste trabalho tivesse o menor número de percalços possível.

À **minha família**, que tanto marcou todo o meu percurso académico e sempre depositou confiança no sucesso do mesmo. Em especial aos meus **pais**, pela coragem com que enfrentaram inúmeras dificuldades, próprias da vida, e por todos os sacrifícios que fizeram em prol do desejo de me ser possível estudar e adquirir uma formação superior. Dedico-lhes todas as “pequenas vitórias”, pois merecem toda a minha gratidão e respeito.

Por fim, ao **Colégio Militar** e ao **meu curso**, sem os quais não seria o que sou hoje.

**A todos, o meu mais sincero agradecimento.**

## RESUMO

Portugal foi um dos primeiros países Europeus a preocupar-se com a segurança dos seus cidadãos. Data de 1382 a implementação do primeiro corpo especialmente concebido para a conservação da ordem pública e segurança dos cidadãos. Desde o séc. XVIII que o cavalo é usado na prossecução da missão destes corpos de polícia, com quantitativos e missões diferentes ao longo do tempo.

Fruto da complexidade, cada vez maior, do Mundo em que vivemos e do crescente interesse, nacional e internacional, pela defesa e preservação da natureza e do meio ambiente foi criado, em 2001, o Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente no seio da Guarda Nacional Republicana.

Tendo como tema: “a importância da valência equestre para serviço territorial da Guarda Nacional Republicana” foi estabelecido como objectivo central desta investigação saber se o patrulhamento a cavalo é uma mais-valia para o serviço ambiental.

Através de um questionário aplicado aos comandantes de Grupo e Destacamento Territorial pretendeu-se determinar a sua percepção sobre os meios a cavalo.

A partir de todo o trabalho efectuado, conclui-se que o patrulhamento a cavalo realizado no âmbito da missão do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente é uma mais-valia para a execução da missão específica do serviço e, por conseguinte, para a missão territorial da Guarda Nacional Republicana.

**Palavras-chave:** GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, CAVALO, VALÊNCIA EQUESTRE, SERVIÇO TERRITORIAL, SERVIÇO DE PROTECÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE.

## ABSTRACT

Portugal was one of the first European countries to be worried about the security of its citizens. Date of 1382 the implementation of the first body especially conceived for the conservation of the public order and security of the citizens. Since XVIII that the horse is used in the prosecution of the mission of these bodies of policy, with quantitative and different missions throughout the time.

Fruit of the complexity, each bigger time, of national and international the World where we live and of the increasing interest, for the defence and preservation of the nature and the environment was servant, in 2001, the Service of Protection of Nature and Environment in the Republican National Guard. Having as subject: "The Importance of the Equestrian Valence for Territorial Service of Republican National Guard" was established as central objective office of this inquiry to know if the patrolling the horse is a more-value for the ambient service. Through a questionnaire applied to the commanders of Group and Territorial Detachment the horse intended itself to determine its perception on the ways.

From all the effectuate work, it is concluded that the patrolling the horse carried through in the scope of the mission of the Service of Protection of Nature and Environment is a more-value for the execution of the specific mission of the service and, therefore, for the territorial mission of Republican National Guard.

**Key words:** REPUBLICAN NATIONAL GUARD, HORSE, EQUESTRIAN VALENCE, TERRITORIAL SERVICE, SERVICE OF PROTECTION OF NATURE AND ENVIRONMENT.

# ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	I
AGRADECIMENTOS .....	II
RESUMO.....	III
ABSTRACT .....	IV
ÍNDICE .....	V
ÍNDICE DE TABELAS.....	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS .....	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	X
ÍNDICE DE QUADROS .....	XI
LISTA DE ABREVIATURAS .....	XII
LISTA DE SIGLAS .....	XIII
<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 FINALIDADE.....	1
1.2 ENQUADRAMENTO.....	1
1.2.1 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA .....	2
1.2.2 OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO .....	2
1.2.3 HIPÓTESES.....	2
1.3 METODOLOGIA .....	3
1.4 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS .....	3
<b>PARTE TEÓRICA</b>	
<b>CAPÍTULO 2 – OS CORPOS DE SEGURANÇA .....</b>	<b>4</b>
2.1 INTRODUÇÃO.....	4
2.2 OS QUADRILHEIROS .....	4
2.3 A GUARDA REAL DA POLÍCIA.....	5
2.3.1 AS PRIMEIRAS PATRULHAS A CAVALO .....	5

2.3.2	A CRIAÇÃO DA GUARDA REAL DA POLÍCIA .....	5
2.3.3	A EVOLUÇÃO DA GUARDA REAL DA POLÍCIA .....	6
2.3.4	A GUARDA REAL DA POLÍCIA DO PORTO .....	7
2.4	AS GUARDAS MUNICIPAIS .....	7
2.4.1	A GUARDA MUNICIPAL DE LISBOA .....	7
2.4.2	ORGANIZAÇÃO INICIAL.....	8
2.4.3	O SERVIÇO A CAVALO .....	8
2.4.4	A GUARDA MUNICIPAL DO PORTO .....	8
2.4.5	EVOLUÇÃO E FIM DAS GUARDAS MUNICIPAIS .....	9
2.5	A GUARDA REPUBLICANA.....	9
2.5.1	O Período das Guardas Republicanas .....	9
2.6	A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.....	10
2.6.1	CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO .....	10
2.6.2	CONSTITUIÇÃO E EFECTIVOS INICIAIS .....	10
2.6.3	MISSÃO ATRIBUÍDA .....	11
2.6.4	EVOLUÇÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA .....	11
2.6.4.1	O Alvorço dos Primeiros Anos.....	11
2.6.4.2	Depois do 28 de Maio de 1926.....	13
2.6.4.3	Durante o Estado Novo .....	14
2.6.4.4	Depois do 25 de Abril .....	15
2.6.5	ACTUALIDADE .....	16
2.7	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	16
<b>CAPÍTULO 3 – O SERVIÇO DE PROTECÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE .....</b>		<b>17</b>
3.1	INTRODUÇÃO .....	17
3.1.1	A CRIAÇÃO .....	17
3.1.2	CONJECTURA DA FORMAÇÃO .....	17
3.1.3	CIRCUNSTÂNCIAS PARA A FORMAÇÃO .....	18
3.2	MISSÃO DO SERVIÇO .....	18
3.2.1	MISSÃO GERAL.....	18
3.2.2	ÁREAS DE ACTUAÇÃO .....	19
3.3	ORGANIZAÇÃO.....	19
3.4	MEIOS HUMANOS .....	20
3.5	FORMAÇÃO .....	21
3.6	OBJECTIVOS A ATINGIR .....	21
3.7	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	22

---

<b>PARTE PRÁTICA</b>	
<b>CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
4.1 INTRODUÇÃO .....	23
4.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	23
4.3 MÉTODOS E TÉCNICAS .....	24
4.4 INQUÉRITO .....	24
4.4.1 CONTEÚDO.....	24
4.4.2 FASES DA CONCEPÇÃO .....	25
4.4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	26
4.4.4 TRATAMENTO DE DADOS .....	26
4.5 ANÁLISE QUANTITATIVA DE DADOS .....	27
4.5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS .....	27
4.5.2 CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE ACÇÃO .....	28
4.5.3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ANÁLISE .....	29
4.6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....	35
<b>CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
5.1 INTRODUÇÃO .....	38
5.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	38
5.3 REFLEXÕES FINAIS .....	39
5.4 SUGESTÕES.....	40
5.5 FECHO .....	40
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>44</b>
APÊNDICE A – REDE NATURA 2000 .....	44
APÊNDICE B – INQUÉRITO .....	46
APÊNDICE C – OUTPUTS SPSS.....	51
<b>ANEXOS .....</b>	<b>56</b>
ANEXO D – PROGRAMA XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL.....	56
ANEXO E – CRIAÇÃO DA GUARDA REAL DA POLÍCIA DE LISBOA.....	59
ANEXO F – LEI ORGÂNICA DE 3 DE MAIO DE 1911.....	61
ANEXO G – EFECTIVO CAVALARIA GNR .....	62
ANEXO H – SEPNA .....	66
ANEXO I – MOBILIDADE PATRULHAMENTO A CAVALO.....	71

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 4.1: Crosstabulation “Localização ZA”**”Aceitação” .....	35
Tabela 4.2: Crosstabulation “Meios Hipo”**”Utilidade” .....	36
Tabela 4.3: Crosstabulation “Arma”**”Utilidade pat florestas” .....	36
Tabela 4.4: Crosstabulation “Arma”**”Utilidade pat SEPNA” .....	37
Tabela 4.5: Crosstabulation “Arma”**”Aceitação” .....	37
Tabela C.1: Frequência da variável “Idade” .....	51
Tabela C.2: Frequência da variável “Arma” .....	51
Tabela C.3: Frequência da variável “Função” .....	52
Tabela C.4: Frequência da variável “Área” .....	52
Tabela C.5: Frequência da variável “Localização ZA” .....	52
Tabela C.6: Frequência da variável “Área Protegida” .....	52
Tabela C.7: Frequência da variável “Meios Hipo” .....	52
Tabela C.8: Frequência da variável “Frequência” .....	53
Tabela C.9: Frequência da pergunta sete .....	53
Tabela C.10: Frequência da pergunta oito .....	53
Tabela C.11: Tabela de frequências da variável “Utilidade” .....	53
Tabela C.12: Tabela de frequências da variável “Utilidade áreas florestais” .....	54
Tabela C.13: Tabela de frequências da variável “Pat SEPNA” .....	54
Tabela C.14: Frequência da pergunta 12 .....	54
Tabela C.15: Frequência da pergunta 13 .....	55
Tabela C.16: Índice de aceitação .....	55

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura A.1: Rede Natura 2000. ....	45
Figura G.1: Distribuição dos meios a cavalo. ....	65
Figura H.1: Implantação nacional do SEPNA. ....	68
Figura H.2: Equipas EPNAZES do SEPNA. ....	69
Figura H.3: Localização Equipas Náuticas SEPNA. ....	70

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 4.1: Idade dos inquiridos. ....	27
Gráfico 4.2: Género dos inquiridos.....	27
Gráfico 4.3: Arma dos inquiridos.....	27
Gráfico 4.4: Função dos inquiridos.....	28
Gráfico 4.5: Tipologia da zona de acção.....	28
Gráfico 4.6: Localização da ZA.....	28
Gráfico 4.7: Áreas Protegidas.....	28
Gráfico 4.8: Comando sobre meios hipo.....	29
Gráfico 4.9: Utilização dos meios hipo.....	29
Gráfico 4.10: Tipo de Patrulhamento comandantes com meios hipo.....	29
Gráfico 4.11: Primeira opção para tipo de patrulhamento.....	30
Gráfico 4.12: Segunda opção para tipo de patrulhamento.....	30
Gráfico 4.13 Terceira opção para tipo de patrulhamento.....	30
Gráfico 4.14: Tipo patrulhamento comandantes sem meios a cavalo.....	31
Gráfico 4.15: Primeira opção para tipo de patrulhamento.....	31
Gráfico 4.16: Segunda opção para tipo de patrulhamento.....	31
Gráfico 4.17: Terceira opção para tipo de patrulhamento.....	31
Gráfico 4.18: Utilidade em geral.....	32
Gráfico 4.19: Utilidade em zonas florestais.....	32
Gráfico 4.20: Importância pat. a cavalo no SEPNA.....	32
Gráfico 4.21: Principal vantagem.....	33
Gráfico 4.22: Segunda vantagem assinalada.....	33
Gráfico 4.23: Terceira vantagem assinalada.....	33
Gráfico 4.24: Principal desvantagem.....	34
Gráfico 4.25: Desvantagem assinalada em segundo lugar.....	34
Gráfico 4.26: Desvantagem assinalada em terceiro lugar.....	34
Gráfico I.1 – Evolução patrulhamento a cavalo (km).....	71

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1: Localização das companhias de cavalaria. ....	6
Quadro 2.2: Quantitativos de efectivos. ....	7
Quadro 2.3: Quantitativos de efectivos da Guarda Nacional Republicana .....	11
Quadro 2.4: Quadro orgânico da GNR em 10 de Maio de 1919.....	12
Quadro G.1: Efectivo cavalaria Brigada Ter. nº 2.....	62
Quadro G.2: Efectivo cavalaria Brigada Ter. nº 3.....	63
Quadro G.3: Efectivo cavalaria Brigada Ter. nº 4.....	64
Quadro G.4: Efectivo cavalaria Brigada Ter. nº 5.....	64
Quadro H.1: Efectivos no inicio do SEPNA. ....	66
Quadro H.2: Efectivo SEPNA no ano de 2006. ....	66
Quadro H.3: Quadro orgânico SEPNA no ano de 2006. ....	67
Quadro H.4: Quadro orgânico SEPNA em Janeiro 08.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS

Art.º	Artigo
Bat.	Batalhão
Brig	Brigada
Cmdt.	Comandante
Comp.	Companhia
D.	Dom
D. <sup>a</sup>	Dona
Dra.	Doutora
DTer	Destacamento Territorial
Esq	Esquadrão
GTer	Grupo Territorial
n.º	Número
p.	Página
Port.	Portaria
SubUn	Sub-Unidade
Ter	Territorial

## LISTA DE SIGLAS

- AM – Academia Militar
- ANPC – Autoridade Nacional de Protecção Civil
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- CNGF – Corpo Nacional de Guardas Florestais
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- DGRF – Direcção-Geral dos Recursos Florestais
- DGV – Direcção-Geral de Veterinária
- DL – Decreto-Lei
- EPNA – Equipa Protecção da Natureza e Ambiente
- EPNAZE – Equipa Protecção da Natureza e Ambiente em Zona Específica
- GML – Guarda Municipal de Lisboa
- GMP – Guarda Municipal do Porto
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- GR – Guarda Republicana
- GRP – Guarda Real da Policia
- ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- IGAOT – Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território
- INAG – Instituto da Água
- LOGNR – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
- NEP – Norma de Execução Permanente
- OCD – Órgão Coordenador Distrital
- OCN – Órgão Coordenador Nacional
- OCR – Órgão Coordenador Regional

PDE – Plano Desenvolvimento Estratégico

PT – Posto Territorial

QO – Quadro Orgânico

RC – Regimento de Cavalaria

SEPNA – Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente

SEPRONA – Servicio de Protección de la Naturaleza

SGIF – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais

SOI – Secção Operações e Informações

TGCG – Tenente General Comandante Geral

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

TPO – Tirocínio Para Oficial

USHE – Unidade de Segurança e Honras de Estado

ZA – Zona de Acção

*“Sou apenas uma pessoa mas, ainda assim,  
sou alguém.  
Não posso fazer tudo mas, ainda assim,  
posso fazer alguma coisa;  
Não vou recusar fazer algo que possa fazer.”*

Helen Keller

# CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

## 1.1 FINALIDADE

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) insere-se no âmbito da reestruturação dos cursos da Academia Militar (AM). Com a implementação do Processo de Bolonha, o último ano do curso passa a incluir um Estágio de Natureza Profissional, no qual o presente trabalho de investigação constitui um requisito obrigatório para terminar o Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade GNR – Ramo Armas.

Embora se verifique uma componente avaliativa, este trabalho de investigação tem a virtude de, através da investigação que necessariamente tem que ser realizada e do contacto com militares da Guarda Nacional Republicana (GNR), aproximar os alunos que agora terminam o curso, da instituição na qual escolheram servir o país.

## 1.2 ENQUADRAMENTO

Desde os primórdios da Guarda Real de Polícia<sup>1</sup> que os cavalos são usados no cumprimento das mais diversas missões no seio da instituição, sendo o patrulhamento a cavalo uma forma de garantir a segurança e tranquilidade das populações, finalidade última da GNR.

Cada vez mais os Estados, de um modo geral, dedicam maior atenção aos aspectos relacionados com a protecção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Não sendo excepção, o Governo português prossegue os objectivos que se propôs alcançar no seu programa de Governo<sup>2</sup>, com produção de variada legislação que tem como finalidade a protecção ambiental, particularmente a protecção das florestas e dos recursos naturais.

São marco delimitador deste trabalho, a valência equestre da GNR e o ordenamento ambiental. No que diz respeito à valência equestre foi feito um estudo sobre os corpos de polícia antecessores da GNR no qual foi abordada a organização, o efectivo quer humano quer animal e as principais missões das forças. Quanto ao ordenamento

---

<sup>1</sup> Fundada em 1801, considerada verdadeira antecessora da Guarda Nacional Republicana.

<sup>2</sup> Programa XVII Governo Constitucional. – Vide anexo D.

ambiental foram estudados os princípios orientadores da política de protecção da natureza e as entidades que actuam nesse âmbito.

### **1.2.1 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

Tendo como tema “A Importância da Valência Equestre Para o Cumprimento da Missão Territorial da Guarda Nacional Republicana”, este trabalho cinge-se a abordar a utilização dos cavalos no âmbito da missão territorial da GNR. O facto de pretender falar apenas da missão territorial da GNR delimita, à partida, a abrangência do estudo. No entanto vamos restringir-nos somente à missão do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA), uma especialização recentemente institucionalizada<sup>3</sup> na GNR.

Este tema justifica-se porque abrange dois assuntos que têm vindo a ser muito discutidos. Por um lado a problemática ambiental, tema muito em voga actualmente e onde o Governo português tem intervindo regularmente. Por outro lado, a utilização dos cavalos no serviço territorial, é outra questão que suscita grande interesse. Se o seu uso tem sido comumente aceite desde a origem das antecessoras da Guarda<sup>4</sup>, ultimamente têm sido levantadas algumas críticas quanto ao uso de cavalos, quer de âmbito económico quer de âmbito operacional.

### **1.2.2 OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO**

Depois de o tema ter sido apresentado pelo aluno e ter sido aprovado pelos comandos da GNR e da AM houve a necessidade de formular uma pergunta de partida para que se pudesse avançar para o estudo científico propriamente dito. Tendo em conta os limites estabelecidos pelo tema, houve necessidade de enumerar uma questão de partida, que se constitui como o problema central deste trabalho. Assim, o problema central deste trabalho é:

**“Será que o patrulhamento a cavalo no SEPNA constitui uma mais-valia?”.**

### **1.2.3 HIPÓTESES**

A partir da questão central surgiram algumas hipóteses que serão confirmadas durante a execução do trabalho. Podem-se destacar:

1. A aceitação do patrulhamento a cavalo no serviço territorial depende da arma do comandante.

---

<sup>3</sup> O SEPNA foi criado em 2001 no seio da GNR. Só em 2006 o Governo, através do DL nº 22/2006, de 2 de Fevereiro institucionalizou o serviço de protecção ambiental como uma nova especialidade.

<sup>4</sup> Denominação vulgarmente utilizada para designar de forma mais sucinta a GNR.

2. A arma do comandante influencia a importância dada ao patrulhamento em áreas florestais.
3. A localização da área de acção influencia a aceitação dos cavalos por parte dos comandantes;

### **1.3 METODOLOGIA**

Este trabalho revela o seu carácter científico, porquanto está dividido em duas partes fundamentais, uma primeira parte onde se abordam de forma teórica o tema apresentado, através da análise de documentos, legislação e bibliografia variada. A segunda parte do trabalho constitui a parte prática, onde se pretende validar ou refutar as hipóteses levantadas.

A pesquisa bibliográfica baseou-se fundamentalmente na legislação respeitante à segurança interna, do presente e do passado, como por exemplo os decretos criadores das instituições antecessoras da GNR e as várias leis orgânicas desta. A bibliografia existente sobre o tema é muito escassa, contudo a investigação no arquivo da Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana propiciou alguns livros e publicações importantes para o trabalho.

A parte prática do trabalho consistiu na realização de um inquérito por questionário aos Srs. Oficiais comandantes das subunidades territoriais da GNR, no tratamento dos dados resultantes foi utilizado um programa informático específico para a análise e interpretação da informação recolhida durante o trabalho de campo.

Na organização, redacção do trabalho, e trabalho de campo fez-se um esforço por adoptar as orientações indicadas por Sarmiento (2008) e as constantes no *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (Quivy & Campenhoudt, 2005), entre outras.

### **1.4 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS**

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes fundamentais, uma teórica, e outra prática, onde é especificado o trabalho de campo realizado, são discutidos os resultados obtidos através do tratamento estatístico e são retiradas as inferências possíveis das respostas dadas.

A parte teórica é composta pelo enquadramento teórico do tema. Aqui é apresentado ao leitor a evolução dos corpos destinados à manutenção da segurança interna, é apresentado o Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente, e ainda aspectos relacionados com o serviço a cavalo na Guarda Nacional Republicana.

# PARTE TEÓRICA

## CAPÍTULO 2 – OS CORPOS DE SEGURANÇA

### 2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se explicar o início e a evolução dos corpos destinados à salvaguarda e manutenção da ordem pública. Sempre com a intenção de focar os quantitativos e a organização da vertente equestre e ainda apresentar o papel dos cavalos no âmbito da prossecução da missão dos vários corpos de polícia antecessores da GNR.

### 2.2 OS QUADRILHEIROS

Criada em 10 de Dezembro de 1801 pelo Intendente Pina Manique<sup>5</sup>, a Guarda Real da Polícia (GRP) é considerada a verdadeira antecessora da Guarda Nacional Republicana. Porém, a origem de pessoas vocacionadas à manutenção da ordem pública remonta ao período da própria formação da nacionalidade. Durante a reconquista<sup>6</sup> as novas praças<sup>7</sup> eram administradas por “Tenentes”, que segundo Santos (1999, p. 14) administravam as terras reconquistadas, executavam o poder judicial e zelavam pela manutenção da ordem pública.

Durante o reinado de D. Fernando, no ano de 1382, é criado o Corpo de Quadrilheiros<sup>8</sup>, primeiro grupo de homens verdadeiramente vocacionado apenas para a manutenção da ordem e com funções de polícia militar. (Santos, 1999)

Não há relatos de que os Quadrilheiros usassem o cavalo para o desenvolvimento da sua missão. Estes homens eram armados de vara ou lança e tinham como missão reprimir furtos e crimes e ainda deter os seus autores. Nunca conseguindo cumprir efectivamente a sua missão, com o passar dos anos a sua função tornou-se muito pouco atractiva, havendo cada vez menos voluntários. Em 1418, passam a ter como missão apenas o patrulhamento diurno das cidades.

---

<sup>5</sup> Diogo Inácio de Pina Manique nasceu em 1733 e morreu em 1805, desempenhou cargos como Juiz do Crime, Desembargador, Superintendente-Geral dos Contrabandos e Descaminhos e Intendente-Geral da Polícia.

<sup>6</sup> Terminada em 1249, com a tomada de Faro por D. Afonso III.

<sup>7</sup> Vila ou cidade fortificada.

<sup>8</sup> O seu nome deriva da arma que utilizavam.

Com a perda da independência nacional em 1580, deixamos de ter relatos sobre a existência destes grupos de homens. Com o restabelecimento da independência não há alterações quanto a este corpo de polícia. A situação torna-se mais grave aquando do terramoto em Lisboa, no ano de 1755, momento em que grassava a desordem na cidade de Lisboa e um pouco por todo o país. (Santos, 1999)

## 2.3 A GUARDA REAL DA POLÍCIA

### 2.3.1 AS PRIMEIRAS PATRULHAS A CAVALO

A conjuntura vivida à *posteriori* do terramoto de 1755 na cidade de Lisboa é de tal ordem grave e descontrolada que em 25 de Junho de 1760, é criado por Sebastião José de Carvalho e Melo, Ministro de D. José, o cargo de Intendente Geral da Polícia do Reino, com amplos e ilimitados poderes na área do combate à criminalidade e à qual todos os juízes criminais e civis deveriam recorrer (Santos, 1999).

Já com a Rainha D.<sup>a</sup> Maria no poder, esta decide reformar a Intendência Geral da Polícia do Reino, dando mais poderes ao detentor do cargo de Intendente, como por exemplo o de poder prender e conservar na prisão aqueles que apenas necessitassem de alguma correcção. Nomeia para o cargo, o Jurista Diogo Inácio de Pina Manique, que se dedica especialmente à causa da segurança pública, requisitando desde logo ao Exército treze patrulhas constituídas por nove soldados de cavalaria e quinze de infantaria, distribuindo-as pelos bairros da capital. É Pina Manique que cria em 1792, por sua própria vontade, um novo corpo de polícia, que viria a dar origem à GRP de Lisboa.

### 2.3.2 A CRIAÇÃO DA GUARDA REAL DA POLÍCIA

Surge assim, por decreto régio de 10 de Dezembro de 1801 a Guarda Real de Polícia, “*Hei por bem criar uma Guarda Real da Polícia de Lisboa de pé e de cavalo, para vigiar na cidade de Lisboa, e para guardar pela forma e maneira que se regula no Plano*” (Decreto de 10 de Dezembro de 1801)<sup>9</sup>.

Este novo corpo policial apresenta, aquando da sua institucionalização, um estado-maior, oito companhias de infantaria e quatro de cavalaria, perfazendo no total 638 homens e 217 cavalos. Verdadeira precursora no que diz respeito à dupla dependência actual da GNR, a GRP subordinava-se à chefia militar e à Intendência Geral da Polícia, “...*que obedeça, no que toca à disciplina militar, ao General das Armas da*

---

<sup>9</sup> Vide Anexo E.

*Província, e no que toca ao exercício das suas funções, ao Intendente Geral da Polícia.”* (Decreto de 10 de Dezembro de 1801)<sup>10</sup>

Verifica-se, pela primeira vez em Portugal a utilização de cavalos no âmbito da manutenção da segurança pública no seio de uma organização vocacionada à manutenção da ordem. No Quadro 2.1 apresenta-se a localização das companhias de cavalaria aquando da criação da GRP de Lisboa.

**Quadro 2.1: Localização das companhias de cavalaria.**

Companhias/Quartéis	Localização	Bairros a que pertencem
1ª Triste Feia	No quartel da casa do Infantado	Mocambo
2ª Largo de Andaluz	No antigo cemitério	Andaluz
3ª Colégio dos Nobres	Nos alojamentos do colégio	Alto
4ª Rua do Salitre	No Páteo dos Monges Brunos	Andaluz

Fonte: Andrade (1824, p.24).

### 2.3.3 A EVOLUÇÃO DA GUARDA REAL DA POLÍCIA

Com poucos recursos, quer humanos quer materiais e financeiros, a GRP foi auxiliada por patrulhas dos regimentos de cavalaria e infantaria de linha<sup>11</sup> instalados na capital. Desde logo o novo corpo de polícia granjeou grande notoriedade porque com o seu trabalho conseguiu fazer diminuir o número de delitos na capital do reino. Logo em 1802<sup>12</sup> o seu primeiro comandante, Conde de Novion<sup>13</sup>, conseguiu um aumento de 128 militares para as companhias de infantaria e mais 24 homens e outros tantos cavalos para as companhias de cavalaria. Com este aumento de efectivo cessou o auxilio prestado pelos regimentos “... verificando o qual cessaria inteiramente o referido auxilio dos Regimentos aquartelados na Corte, assim como a gratificação, ou augmento de soldo [50 Reis], que por este respeito se lhes estava dando” (Andrade, 1824, p.3)

De acordo com Andrade, em 1805 a GRP vê aumentado o seu efectivo em 138 homens, que formam duas novas companhias de infantaria. “mostrando a experiencia, que a Força do Corpo da G.R. da P. era insufficiente para corresponder perfeitamente aos importantes fins a que he destinado, para poder não só continuar a manter o socego publico da capital, como até então tinha feito, mas ainda estender a sua vigilancia aos suburbios della” (1824, p. 4)

<sup>10</sup> Vide anexo D.

<sup>11</sup> Unidades do exército instaladas na capital.

<sup>12</sup> Por decreto de 26 de Maio.

<sup>13</sup> Oficial Francês de nome Jean Victor com a patente de Tenente-Coronel (Barreto apud Santos, 1999, p. 60)

O último aumento ocorre em 26 de Fevereiro de 1810 dilatando o número de homens para 1030 nas companhias de infantaria e 258 nas de cavalaria. O Quadro 2.2 indica os quantitativos de homens e cavalos depois do aumento de 1810.

Quadro 2.2: Quantitativos de efectivos.

	Homens	Cavalos
Estado Maior	38	20
Infantaria	1030	5
Cavalaria	258	244
Total	1326	269

Fonte: Guarda Nacional Republicana (1958, p. 25)

### 2.3.4 A GUARDA REAL DA POLÍCIA DO PORTO

Por decreto de 17 de Fevereiro de 1824 é criada a Guarda Real da Polícia do Porto, o seu efectivo era constituído por um diminuto estado-maior e menor, duas companhias de infantaria a 105 homens e uma companhia de cavalaria com 70 praças e 65 cavalos (GNR, 1958)

O fim da GRP está intimamente relacionado com o desfecho da guerra civil que assolou o país, a vitória dos liberais ditou o seu termo. A 3 de Julho de 1834, D. Pedro, regente do reino, cria a Guarda Municipal.

## 2.4 AS GUARDAS MUNICIPAIS

### 2.4.1 A GUARDA MUNICIPAL DE LISBOA

Os liberais, vencedores da guerra civil<sup>14</sup>, desde logo sentiram necessidade de criar um corpo de polícia que conseguisse pôr cobro aos ajustes de contas provenientes dos tempos da guerra. O facto de a GRP ter tomado parte da fracção de D. Miguel foi decisivo para a sua dissolução. No Decreto de 3 de Julho de 1834 D. Pedro regulamenta a Guarda Municipal de Lisboa (GML).

*“Tomando em consideração a urgente necessidade de se prover à segurança da Capital, que não pode cabalmente ser guardada pelas rondas civis, que pesam sobre seus habitantes, quando aliás pagam contribuições para aquele importantíssimo serviço; nem pelas patrulhas militares, que deterioram a disciplina dos Corpos: Hei por bem, em nome da Rainha, criar nos seguintes artigos a Guarda Municipal de Lisboa, para manter o sossego público, afiançando a segurança da Cidade, sem ameaçar a sua Liberdade.”* (Decreto de 3 de Julho de 1834, Preâmbulo)

<sup>14</sup> De 1828 a 1834 entre Absolutistas, liderados por D. Miguel e Liberais, liderados por D. Pedro.

## 2.4.2 ORGANIZAÇÃO INICIAL

O Decreto criador da GML estipulava que a GML fosse constituída por um estado-maior, seis companhias de infantaria e três companhias de cavalaria. No Decreto que formaliza a GML pode ler-se sobre a constituição das “... companhias a cavalo compõe-se dum Comandante; um tenente; dois sargentos; quatro cabos; trinta e seis soldados ...” (Decreto de 3 de Julho de 1934, Art.º 6º) e sobre a sua organização interna “Uma companhia divide-se em quatro esquadras, a esquadra na cavalaria em quatro patrulhas; na infantaria em oito; a patrulha consta de dois homens. Cada esquadra tem um supranumerário na cavalaria” (Idem, Art.º 8º)

A Guarda Municipal de Lisboa, de acordo com a organização estipulada pelo Decreto de 3 de Julho de 1934, era constituída pelos oficiais de estado-maior mais as tropas, constituídas por 15 oficiais, 24 sargentos, 36 cabos, 492 soldados mais 132 cavalos.

## 2.4.3 O SERVIÇO A CAVALO

No artigo segundo do Decreto que criou a GML podemos ler que a Capital do Reino estava repartida em três Divisões, cada Divisão subdividia-se em dois Distritos, cada Distrito em quatro Secções e cada Secção em duas rondas. O mesmo documento distribui as companhias da GML para que “A cada Divisão pertence em geral uma Companhia de cavalaria e a cada Distrito uma Companhia de infantaria. A cada Secção uma Esquadra, a cada ronda quatro patrulhas” (Idem, Art.º 9º). As Divisões eram comandadas pelos comandantes das companhias de cavalaria.

## 2.4.4 A GUARDA MUNICIPAL DO PORTO

Em 24 de Agosto de 1835 é criada a Guarda Municipal do Porto (GMP). Esta era constituída apenas por uma companhia de infantaria composta por 178 elementos. Era comandada por um Capitão e tinha ainda dois Tenentes, dois Alferes, um Cirurgião, um Primeiro-sargento, três Segundos-sargentos, nove Cabos e cento e sessenta Soldados. A cidade encontrava-se dividida em Distritos, subdivididos em nove Divisões.

Em tudo o resto, no que dizia respeito ao serviço, disciplina, armamento, vestuário, nomeações e alistamento, os regulamentos da GMP eram semelhantes aos da GML. (GMR, 1922)

## 2.4.5 EVOLUÇÃO E FIM DAS GUARDAS MUNICIPAIS

Em 1838 as Guardas Municipais de Lisboa e do Porto sofrem um ligeiro aumento, a GML passa contar com 1167 homens, divididos por um estado-maior, seis companhias de infantaria e três companhias de cavalaria. Na GMP é acrescentado um estado-maior com seis militares, uma companhia de cavalaria a 50 homens e três companhias de infantaria. A GMP fica assim com um efectivo de 500 homens. (GNR, 1922)

Ambas se mantêm com comandos diferenciados até 24 de Dezembro de 1868, momento em que as duas forças passam a ter um comando único instalado no Quartel do Carmo<sup>15</sup>.

Por Regulamento de 18 de Abril de 1890 as Guardas Municipais sofrem a sua última reorganização, já que viriam a ser extintas em 1910. A GML passa a organizar-se em estado-maior e estado-menor, quatro esquadrões de cavalaria e seis companhias de infantaria, enquanto a GMP passa a organizar-se em estado-maior, estado-menor, um esquadrão de cavalaria e quatro companhias de infantaria.

Tal como acontecera em 1834 à Guarda Real da Polícia, a Guarda Municipal não subsistiu à passagem da Monarquia para a República. Em Outubro de 1910 seria extinta e, no mesmo decreto<sup>16</sup>, era criada a Guarda Republicana.

## 2.5 A GUARDA REPUBLICANA

### 2.5.1 O PERÍODO DAS GUARDAS REPUBLICANAS

Da mesma forma que, anos antes, os liberais criaram um corpo de segurança fiel aos seus ideais, os republicanos em 1910 fizeram o mesmo. Pode ler-se no Diário do Governo de 13 de Outubro, publicado oito dias depois da instauração da República, que “*Sendo necessário, a bem do serviço da República, organizar sobre novas bases um corpo de segurança pública para todo o país ...*” (Decreto de 12 de Outubro, Preâmbulo) na verdade esta força teve, desde o seu início, carácter transitório, podendo ler-se no artigo terceiro “*Enquanto não se organiza a guarda nacional republicana, é criada, em Lisboa e Porto, a guarda republicana, para velar pela segurança e liberdade dos cidadãos ...*” e ainda no artigo quarto “*A organização desta guarda, de carácter meramente provisório, será feita segundo instruções especiais.*” (Decreto de 12 de Outubro, Art.<sup>os</sup> 3<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup>)

Sob um único comando sediado no Quartel do Carmo, a Guarda Republicana dispunha de aproximadamente 2 100 homens. A GR de Lisboa era constituída por 1360

---

<sup>15</sup> Actual quartel do Comando Geral da GNR.

<sup>16</sup> Decreto de 12 de Outubro de 1911

militares organizados em estado-maior e menor, três esquadrões de cavalaria a três pelotões e seis companhias de infantaria. A GR do Porto era composta por 795 militares e estava organizada num estado-maior e menor, um esquadrão de cavalaria e quatro companhias de infantaria.

## 2.6 A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

### 2.6.1 CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Aquando da formação da Guarda Republicana *“É nomeada uma comissão composta do General de Brigada do Quadro de Reserva Ernesto da Encarnação Ribeiro e dos cidadãos Manuel Maria Coelho<sup>17</sup> e Manuel de Brito Camacho<sup>18</sup> para estudar a organização de um corpo de segurança pública para todo o país, que terá a denominação de guarda nacional republicana”* (Decreto de 12 de Outubro, Art.º 2)

Eram fortes as razões para a organização de um corpo policial vocacionado para o policiamento rural. O legislador começa por afirmar que *“Datam de longe as reclamações dos povos por falta de uma policia rural que lhes assegure o livre transito das estradas e lhes proteja as propriedades...”* e ainda *“Em todas as nações cultas existem hoje, além dos corpos destinados à polícia urbana, outros perfeitamente organizados e instruídos para a policia dos campos e povoações rurais, de que resultam incalculáveis benefícios para a segurança e tranquilidade dos povos.”* (Decreto de 3 de Maio de 1911, Preâmbulo)<sup>19</sup>

### 2.6.2 CONSTITUIÇÃO E EFECTIVOS INICIAIS

A GNR é composta por Comando Geral e Tropas da Guarda (Idem, Art.º 5º), sendo estas construídas por “um grupo de esquadrões e seis batalhões no continente e duas companhias de infantaria nas ilhas adjacentes”. O decreto regulamentador da nova força previa um quadro orgânico (QO) que estabelecia como meta, atingir o número de militares conforme indicado no Quadro 2.3.

O primeiro anuário feito na GNR, datado de 1922, refere que os batalhões de infantaria eram constituídos por 5 a 6 companhias perfazendo no total 25 companhias, sendo que o batalhão do Porto tinha também um esquadrão de cavalaria. No que diz

---

<sup>17</sup> Manuel Maria Coelho (1857 – 1943) Oficial do Exército Português e político dos tempos da Primeira República Portuguesa.

<sup>18</sup> Manuel de Brito Camacho (1862 – 1934) Médico, jornalista, governador ultramarino e escritor, Foi uma das personalidades de maior relevo da política republicana.

<sup>19</sup> Vide anexo F.

respeito a efectivos humanos e animais, a GNR era constituída por 146 oficiais, 4 845 praças e 744 cavalos (GNR, 1922, p.12).

**Quadro 2.3: Quantitativos de efectivos da Guarda Nacional Republicana**

Unidades	Homens	Cavalos
Comando Geral	9	4
Grupo de Esquadrões	348	285
Batalhão nº 1	819	4
Batalhão nº 2	717	10
Batalhão nº 3	610	204
Batalhão nº 4	730	67
Batalhão nº 5	954	100
Batalhão nº 6	557	64
Companhia Funchal	85	2
Comp. Ponta Delgada	161	4
Total	4 991	744

Fonte: Decreto de 3 de Maio de 1911

### 2.6.3 MISSÃO ATRIBUÍDA

Decorrente dos princípios que levaram à criação da GNR, a missão que lhe foi atribuída estava, quase totalmente, vocacionada para a segurança das áreas rurais. Incumbia à nova força o policiamento das povoações e vias de comunicação, velar pela conservação das florestas e bosques do Estado e particulares, vigiar pela conservação dos pastos, das árvores e propriedades que fazem parte da riqueza pública e ainda velar pela conservação dos viveiros e plantios do Estado.

### 2.6.4 EVOLUÇÃO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

No que diz respeito à evolução da GNR, dividiram-se os 97 anos de existência desta força de segurança, em cinco períodos distintos, começa-se por falar nos primeiros anos de vida da Guarda, de seguida sobre as alterações verificadas depois do 28 de Maio de 1926, durante o período do Estado Novo e, por fim, na evolução desde o 25 de Abril até ao presente.

#### 2.6.4.1 O Alvorço dos Primeiros Anos

A Lei nº 1 de 1913, de 1 de Julho, aumenta o efectivo das tropas da Guarda. É aumentado um esquadrão ao Grupo de Esquadrões, que passa a ter quatro. São criadas mais duas companhias nas ilhas e os batalhões do continente são reorganizados. No

Batalhão nº 5 é aumentado um esquadrão de cavalaria. Esta Lei reforça a instituição com 861 homens e 502 cavalos, passando o QO a prever 5 852 homens e 1 246 cavalos.

Em 1918 dá-se uma ligeira alteração através do Decreto nº 4 179, de 20 de Abril. As forças quase não são alteradas, ficando-se as mudanças praticamente na organização do comando do corpo de segurança. O ano seguinte é ocasião de grandes alterações no seio da GNR, através do Decreto nº 5 568, de 10 de Maio de 1919, as Tropas da Guarda passam a ter a seguinte constituição:

- Uma Companhia Mista de Telegrafistas de Campanha;
- Um Grupo de 3 Baterias de Artilharia de Campanha;
- Cinco Grupos de Esquadrões de Cavalaria, a 3 esquadrões;
- Um Batalhão de Metralhadoras Pesadas, de 3 companhias a 3 secções de 2 metralhadoras;
- Doze Batalhões de Infantaria;
- Quatro Companhias mistas.

Fruto destas remodelações o efectivo resultante contabilizava 510 oficiais, 18 478 praças, 4 131 cavalos e 637 animais de raça muar. Distribuídos pelo dispositivo como indicado no Quadro 2.4. a Guarda dispunha ainda de 12 peças de artilharia de 7 cm e de 117 metralhadoras Lewis. (Santos, 1999)

**Quadro 2.4: Quadro orgânico da GNR em 10 de Maio de 1919**

Arma	Homens	Cavalos	Gado Muar
Engenharia	243	53	70
Artilharia	462	145	234
Cavalaria	3 947	3 742	65
Infantaria	13 390	153	127
Metralhadoras	436	38	141
Total	18 478	4 131	637

Fonte: GNR (1922)

Durante o período conturbado que medeia entre a morte de Sidónio Pais<sup>20</sup> e a denominada “noite sangrenta”<sup>21</sup>, a GNR mostrou ser uma força muito activa, dentro e fora do espectro político. De forma a retirar parte da força política e militar que a instituição detinha, orientando o seu esforço apenas para a manutenção da ordem pública, foi redigido o Decreto nº 8 064, de 13 de Março de 1922, atestando no seu prólogo que “*Um corpo de polícia, embora militarmente organizado, não carece, evidentemente, de dispor*

<sup>20</sup> Vítima de atentado a 18 de Dezembro de 1918.

<sup>21</sup> Designação pela qual ficou conhecida a revolta radical que ocorreu em Lisboa a 19 de Outubro de 1921 dirigida pelo coronel Manuel Maria Coelho, no decurso da qual foram assassinados vários políticos, entre eles o Presidente do Ministério.

*de elementos que são indispensáveis para bem conduzir um combate contra forças devidamente organizadas, mas que são inúteis quando se considere a acção normal da Guarda na manutenção da ordem publica...*” (Decreto nº 8064 de 13 de Março de 1922, Proémio)

Entre outras modificações e referindo apenas as mais avultadas, passou a existir um Regimento de Cavalaria (RC) a 5 esquadrões, com 39 oficiais, 695 praças e 745 cavalos. Os bat. também foram alterados, passando o Batalhão nº 1 e 2 a ter 1388 homens. O número total de efectivos divide-se da seguinte forma: 11 718 militares dos quais 280 oficiais, 583 sargentos e 10 853 praças; 2 301 cavalos de sela e 171 muares e ainda 6 metralhadoras pesadas e 99 metralhadoras ligeiras. (GNR, 1922, p. 17)

Como exemplo do peso que os cavalos tinham no orçamento da GNR, do anuário do ano de 1922 constata-se que do orçamento referente ao ano económico 1922-1923, 4 089 825\$00 estavam destinados as forragens, 227 212\$50 a remonta e 136 327\$50 às ferragens e curativos, perfazendo um total de 4 453 365\$00 o que corresponde a 16% do orçamento geral que era de 27 733 671\$12. (GNR, 1922, p. 54)

#### **2.6.4.2 Depois do 28 de Maio de 1926**

O tempo da Primeira República foi um período de grande instabilidade política, em dezasseis anos foram nomeados cinquenta Governos, sete Parlamentos e oito Presidentes da República. Esta alternância de Governos nunca foi bem aceite pela sociedade em geral e muito particularmente pelos militares que se organizam e partem de Braga em direcção à Capital com intenção de instaurar uma ditadura militar, a 28 de Maio de 1926. (Santos, 1999)

Por força das *“circunstâncias precárias do Tesouro e a necessidade urgente de reduzir ao mínimo as despesas públicas”* (Dec. n.º 12 259, de 31 de Julho de 1926), a GNR *“fica a dispor de 287 oficiais, 665 sargentos e 8 822 praça, o que totaliza 9 774 homens, e de 1 715 cavalos e 116 animais de tiro. A Guarda Nacional Republicana vê assim os seus efectivos reduzidos em 557 homens, 493 cavalos e 57 animais de tiro”* (Santos, 1999, p. 257). A fraca economia portuguesa não permitia uma melhoria das condições proporcionadas pela ditadura, ao que se segue nova revolta interna.

Depois da revolta contra a Ditadura Militar, iniciada em 3 de Fevereiro de 1927, onde militares da GNR participaram tanto na defesa da ditadura como no lado da revolta, com unidades constituídas ou de forma voluntária, a GNR foi alvo de uma grande reorganização. Mais uma vez a parte que triunfara sentiu necessidade de *“evitar a repetição de tam nefastos abusos, que tam profunda e justamente alarmaram o país”* (Decreto nº 13 138, de 15 de Fevereiro de 1927, Preâmbulo)

No comando da GNR, o Coronel Lopes Valadas é substituído pelo Coronel Farinha Beirão<sup>22</sup>, sendo nomeada uma comissão por Portaria de 25 de Março de 1927, incumbida da missão de reorganizar a Guarda, atendendo à redução da despesa pública e ao afastamento dos militares contrários à Ditadura Militar (Santos, 1999). Segundo Santos, aludindo ao escrito no decreto reformador a Guarda passa a ter a seguinte organização:

*“As tropas da Guarda Nacional Republicana passam a ser constituídas, em Lisboa, por um Regimento de Cavalaria, a 4 esquadrões e dois Batalhões de Infantaria com 5 Companhias, com os N.ºs 1 e 2, tendo o primeiro...;*

*No Porto, por um Batalhão Misto, com o N.º 4 a 4 Companhias (...) Um esquadrão de Cavalaria e uma Secção de Metralhadoras Pesadas;*

*Em Évora, por um Batalhão Misto, com o N.º 3, com 3 companhias (...) Um esquadrão de Cavalaria, com sede em Portalegre;*

*Em Coimbra, por um Batalhão Misto, com o N.º 5, com sede em Coimbra (...)*” (1999, pp. 263,264)

#### 2.6.4.3 Durante o Estado Novo

No seguimento da, cada vez maior, utilização das forças de segurança na salvaguarda das políticas do Governo, e tendo em conta o aumento das acções subversivas e de oposição ao Governo, este vê-se obrigado a aumentar o efectivo da GNR e reorganizar, novamente, a sua estrutura. Através do Decreto-lei nº 33 905, de 2 de Setembro de 1944 é organizada *“uma formação no Comando Geral, a motorização de parte da Cavalaria, a dotação da força com material moderno e a organização de uma companhia de transportes automóveis.”* (Santos, 1999, p.289) Segundo o artigo nono do mesmo decreto-lei a GNR, passa a ser constituída por cinco Batalhões, por uma Companhia de Engenheiros e um Regimento de Cavalaria, com três esquadrões a cavalo e um motorizado.

O aumento de efectivo preconizado no artigo 98º do mesmo decreto-lei cumprir-se-ia em três fases distintas, correspondendo a primeira ao ano de 1944, atingindo 6 058 homens, no ano seguinte 6 414 e em 1946 o efectivo deveria atingir os 6 573, *“distribuídos por 231 oficiais, 390 sargentos, 596 primeiros-cabos, 403 segundos-cabos e 4 953 soldados.”* (Santos, 1999, p. 290)

Devido à forte actividade do Partido Comunista na margem sul, com predominância junto da população do Barreiro, centro populacional com grande actividade fabril, o Governo determina que ali seja formado um destacamento que possa assegurar *“um eficiente policiamento urbano e rural”* (Decreto-lei nº 36 335, de 9 de Junho, preâmbulo). Para isso é criado no Regimento de Cavalaria um novo Esquadrão que adopta a denominação de Esquadrão Destacado do Barreiro, *“...comandado por 1*

---

<sup>22</sup> Insigne militar, combateu em África e na Flandres, sendo agraciado com a Torre e Espada, com a Cruz de Guerra pelo Governo português e com a Legião de Honra pelo Governo francês.

capitão, 3 oficiais subalternos, 9 sargentos, 23 cabos e 62 soldados que dispõem de 65 cavalos e de 5 viaturas blindadas.” (Santos, 1999, p. 292).

Depois de 27 de Setembro de 1968, já com Marcello Caetano na presidência do Conselho de Ministros, a GNR sofre algumas alterações relacionadas com o sistema de progressão da carreira de oficial e de sargento. Em 1970 o Decreto-Lei nº 265/70, de 12 de Julho, extingue a Polícia de Viação e Trânsito e cria a Brigada de Trânsito, unidade que é constituída com militares pertencentes ao 2º Esquadrão do Regimento de Cavalaria. No ano de 1971 é criado, através do Decreto-Lei nº 510/71, de 22 de Novembro, o Centro de Instrução da GNR.

Na noite de 24 para 25 de Abril de 1974 começam as movimentações de militares para levarem a cabo a revolução que restabeleceria a liberdade aos Portugueses. Alertado pelo director da Direcção Geral de Segurança, o Presidente do Conselho refugia-se no Quartel do Carmo, que viria a ser cercado. A GNR acolhe o Professor Caetano e coloca as suas forças no terreno em defesa do Governo.

#### 2.6.4.4 Depois do 25 de Abril

Efectuada a transmissão do poder ao General António de Spínola, no Quartel do Carmo, a GNR ficou sempre conotada com o Antigo Regime, devido ao estreito relacionamento entre esta e o regime deposto. Contudo continuou a prossecução da missão atribuída, como sempre o fez no passado.

Em 1983 e 1993 são publicadas novas leis orgânicas, esta última decorrente da “...circunstância do novo enquadramento institucional da Guarda Fiscal, que se traduz na integração desta força de segurança na Guarda Nacional Republicana, vem implicar ainda em termos orgânicos a criação, simultaneamente com a extinção da Guarda Fiscal, de uma nova unidade na Guarda Nacional Republicana denominada Brigada Fiscal.” (DL nº 231/93, 26 de Junho, Proémio) O Decreto-lei nº 231/93 estabelece como missão da GNR:

- a) “Garantir, no âmbito da sua responsabilidade, a manutenção da ordem pública, assegurando o exercício dos direitos, liberdades e garantias;
- b) Manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública, privada e cooperativa, prevenindo ou reprimindo os actos ilícitos contra eles cometidos;
- c) Coadjuvar as autoridades judiciárias, realizando as acções que lhe são ordenadas como órgão de polícia criminal;
- d) Velar pelo cumprimento das leis e disposições em geral, nomeadamente as relativas à viação terrestre e aos transportes rodoviários;
- e) Combater as infracções fiscais, designadamente as previstas na lei aduaneira;
- f) Colaborar no controlo da entrada e saída de cidadãos nacionais e estrangeiros no território nacional;
- g) Auxiliar e proteger os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;
- h) Colaborar na prestação de honras de Estado;
- i) Colaborar na execução da política de defesa nacional.”

### **2.6.5 ACTUALIDADE**

Actualmente a GNR tem nas suas fileiras 25 309 militares, dos quais 710 pertencem à classe dos oficiais, 2 450 sargentos e 22 146 praças. O QO estabelece 28004 vagas, pelo que a GNR se encontra a 90,37% do seu quadro orgânico.

Em relação ao número de equinos os quantitativos de existências ainda ficam mais distanciados do número estabelecido pelo quadro orgânico. O QO estabelece, para todo o dispositivo, 1214 cavalos e existem na Guarda 550 cavalos, 223 distribuídos pelas quatro Brigadas Territoriais e 327 no Regimento de Cavalaria. A distribuição dos cavalos pelas Brigadas Territoriais encontra-se no anexo G.

#### **➤ Lei orgânica de 2006**

A lei nº 63/2007 de 6 de Novembro encontra-se em fase de regulamentação, contudo as missões atribuídas à GNR mantêm-se semelhantes às que o DL 231/93 determinava, actualizando-se apenas algumas atribuições, prevendo já as que dizem respeito à protecção e conservação da natureza e do ambiente. Esta nova lei veio estabelecer uma nova organização interna, quer ao nível do comando quer ao nível das forças no terreno. No que à valência equestre diz respeito, foi extinto o Regimento de Cavalaria e criada a Unidade de Segurança e Honras de Estado que será uma unidade de representação responsável pela protecção e segurança às instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas e pela prestação de honras de Estado.

## **2.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

À excepção dos Quadrilheiros todas as organizações relacionadas com a manutenção da ordem pública e segurança dos cidadãos sempre usaram o cavalo como instrumento para o cumprimento da missão. Nos dois séculos que separam a criação da GRP de Lisboa da actualidade, grandes foram as alterações sociais que se verificaram, contudo este tipo de patrulhamento manteve-se como forma de patrulhamento eficaz e que produz resultados efectivos, adaptando-se ao evoluir dos tempos.

A missão básica de todas as organizações – a segurança dos cidadãos – manteve-se inalterada. O efectivo sofreu muitas flutuações, variando essencialmente, de acordo com a situação política e económica do País.

# CAPÍTULO 3 – O SERVIÇO DE PROTECÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE

## 3.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo far-se-á uma abordagem ao Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente, procurando assinalar o que esteve na base da sua génese, a sua missão, a forma como está organizado, bem como, o número de militares e meios que estão envolvidos neste serviço de protecção do ambiente.

### 3.1.1 A CRIAÇÃO

O Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA), foi criado em 2001 por despacho de 15 Janeiro, emanado pelo Tenente General Comandante Geral da GNR (TGCG\GNR) e dado a conhecer ao dispositivo através da Norma de Execução Permanente da Guarda Nacional Republicana (NEP\GNR) 3.45, de 10 de Janeiro de 2002. O Decreto-Lei n.º 22/06, de 2 de Fevereiro, consolida institucionalmente o SEPNA.

### 3.1.2 CONJECTURA DA FORMAÇÃO

A defesa do meio ambiente e a preservação da natureza são, cada vez mais, grandes preocupações a nível nacional e internacional. A Constituição da República determina, no artigo nono, como tarefa fundamental do Estado Português “*promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais...*” (CRP, Art.º 9º alínea d), estabelece ainda no artigo 66º os Direitos e Deveres Sociais respeitantes ao Ambiente e Qualidade de Vida:

- “1 - Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.
- 2 - Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:
  - a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;
  - b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem;

- c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico;
- d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações;
- e) Promover, em colaboração com as autarquias locais, a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, designadamente no plano arquitectónico e da protecção das zonas históricas;
- f) Promover a integração de objectivos ambientais nas várias políticas de âmbito sectorial;
- g) Promover a educação ambiental e o respeito pelos valores do ambiente;
- h) Assegurar que a política fiscal compatibilize desenvolvimento com protecção do ambiente e qualidade de vida.”

### 3.1.3 CIRCUNSTÂNCIAS PARA A FORMAÇÃO

De acordo com a NEP\GNR 3.45 constituiu uma circunstância importante para a formação do SEPNA no seio da instituição, o facto de o dispositivo se encontrar disseminado por todo o território nacional, como se pode ler no corpo da própria NEP:

*“uma vez que o seu dispositivo se encontra implementado de norte a sul do país e da sua fronteira terrestre até à orla marítima. Este facto, só por si, confere-lhe um enorme poder de intervenção localizada num curto espaço de tempo, bem como a capacidade de exercer um policiamento abrangente de todo o Território, que nenhum outro organismo terá tão grande capacidade de efectuar, revestindo-se, assim, de um inegável interesse nacional.” (NEP 3.45, 2001)*

A GNR assumia assim uma tendência que se vinha a verificar nas forças congéneres europeias, como por exemplo a Guardia Civil espanhola que em 1988 criou o Servicio de Protección de la Naturaleza (SEPRONA).(Guardia Civil, 1994)

## 3.2 MISSÃO DO SERVIÇO

### 3.2.1 MISSÃO GERAL

Constituem missão geral do SEPNA, de acordo com o DL nº 22/2006, de 2 de Fevereiro, as seguintes atribuições:

- a) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes a conservação e protecção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como investigar e reprimir os respectivos ilícitos;
- b) Zelar pelo cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, bem como investigar e reprimir os respectivos ilícitos;
- c) Assegurar a coordenação ao nível nacional da actividade de prevenção, vigilância e detecção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente, nos termos definidos superiormente;
- d) Zelar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário e de protecção animal;
- e) Proteger e conservar o património natural, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território;
- f) Cooperar com entidades públicas e privadas, no âmbito da prossecução das suas competências;
- g) Promover e colaborar na execução de acções de formação, sensibilização, informação e educação em matéria ambiental, de conservação da natureza e da biodiversidade;
- h) Realizar as acções de vigilância e de fiscalização que lhe sejam solicitadas pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais;

i) Apoiar o Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF), colaborando para a actualização permanente dos dados.”

A Portaria 798/2006, de 11 de Agosto vem regulamentar DL nº 22/2006 e define o SEPNA como a polícia ambiental, com competência para vigiar, fiscalizar, noticiar e investigar todas as infracções à legislação que visa proteger a natureza, o ambiente e o património natural, em todo o território nacional. No artigo terceiro, estabelece ainda que “*Compete à GNR/SEPNA coordenar e executar a actividade de vigilância e detecção de incêndios florestais, bem como zelar pelo cumprimento da legislação florestal, de acordo com a alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro.*” (Port. 798/206, art.º 3 n.º1).

### 3.2.2 ÁREAS DE ACTUAÇÃO

O SEPNA desenvolve a sua actuação num variado conjunto de áreas muito específicas das quais se podem destacar:

- ✓ *Fauna e Flora;*
- ✓ *Convenção CITES;*
- ✓ *Florestas, Áreas Classificadas e Rede Natura 2000<sup>23</sup>;*
- ✓ *Ordenamento do Território;*
- ✓ *Caça e Pesca;*
- ✓ *Prevenção e Investigação de Incêndios Florestais;*
- ✓ *Poluição Atmosférica;*
- ✓ *Protecção dos Recursos Hídricos;*
- ✓ *Poluição dos Solos;*
- ✓ *Ruído;*
- ✓ *Resíduos e Substâncias Perigosas;*
- ✓ *Exploração de Inertes;*
- ✓ *Turismo e Desportos;*
- ✓ *Controlo Sanitário e Protecção Animal;*
- ✓ *Património Histórico e Natural;*
- ✓ *Actividades Perigosas ou Nocivas para o Ambiente.*

Este serviço tem ainda como missão actuar nos seguintes campos:

- ✓ *Educação e Sensibilização;*
- ✓ *Detecção, Vigilância e Prevenção;*
- ✓ *Controlo e Monitorização;*
- ✓ *Protecção de Pessoas e Bens;*
- ✓ *Fiscalização e Investigação.” (CSEPNA, 2008; p. 6,7)*

## 3.3 ORGANIZAÇÃO

De acordo com os conhecimentos adquiridos através do contacto com as forças congéneres, o SEPNA está implementado no dispositivo territorial. A sua organização, no terreno, compreende os órgãos de coordenação e as forças de execução operacional:

- ✓ **Órgão Coordenador Nacional (OCN)**, integrado na 3ª  
Repartição/CG/GNR;

---

<sup>23</sup> Vide Apêndice A

- ✓ **Órgão Coordenador Regional (OCR)**, integrado na Secção de Operações e Informações (SOI) das Brigadas Territoriais;
- ✓ **Órgão Coordenador Distrital (OCD)**, no Comando dos Grupos Territoriais;
- ✓ **Forças de Execução Operacional**, integradas nos Destacamentos Territoriais, que podem ser:
  - × **Equipas de Protecção da Natureza e Ambiente (EPNA)**  
*“são órgãos de execução, que se situam ao nível dos Destacamentos Territoriais, actuando em toda a Zona de Acção dos mesmos, às quais compete desenvolver acções de protecção ambiental e conservação da natureza, através da prevenção, detecção, fiscalização e repressão dos ilícitos ambientais, bem como executar acções de sensibilização ambiental.” (site GNR)*
  - × **Equipas de Protecção da Natureza e Ambiente em Zona Específica (EPNAZE)**  
*“órgãos de execução, que se situam ao nível dos Destacamentos Territoriais, constituídas para desenvolverem acções de protecção ambiental e conservação da natureza, através da prevenção, detecção, fiscalização e repressão dos ilícitos ambientais, em áreas protegidas e de Rede Natura 2000, classificadas, pela sua importância, como zonas muito sensíveis do Património do Estado.” (site GNR)*
  - × **Equipas Náuticas**  
*“têm por missão prioritária a fiscalização e controlo da navegação e outras actividades aquáticas, cumprimento dos Planos de Ordenamento das Albufeiras, controlo e análise da qualidade das águas, detecção de contaminantes e factores de poluição, fiscalização de actividades que possam colocar em risco a fauna e flora nestes locais, ordenamento do território, entre outras.” (CSEPNA;2008 p.29)*
  - × **Equipas de Protecção Florestal**  
*“As EPF são órgãos de execução, que se situam ao nível dos Destacamentos Territoriais, às quais compete a fiscalização da legislação florestal, da caça e da pesca.” (site GNR)*

Através dos três níveis de coordenação distintos e dos vários tipos de equipas, o SEPNA consegue estar distribuído por todo o território nacional, os mapas constantes no anexo H mostram a localização dos órgãos de coordenação nacional, regional e distrital, das EPNAS, das EPNAZES e das Equipas Náuticas respectivamente.

### 3.4 MEIOS HUMANOS

Aquando da sua formação o SEPNA era constituído por 289 elementos, distribuídos pelo dispositivo da forma como o Quadro G.1<sup>24</sup> indica. Estes 289 elementos

---

<sup>24</sup> Vide Anexo H.

correspondiam a 64,2% do número previsto no Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) e corresponde a 60 EPNA's efectivamente formadas, de um total de 84 previstas.

No ano de 2006 o SEPNA dispunha do efectivo apresentado no Quadro G.2, neste ano os militares pertencentes ao SEPNA somavam um total de 422 militares que corresponde a 93,78% dos 450 previstos no PDE.

O DL nº 22/2006, de 2 de Fevereiro, extingue Corpo Nacional de Guardas Florestais (CNGF) da Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) passando a pertencer ao quadro civil da GNR. No final do ano 2006 o SEPNA era constituído por 422 militares da GNR e por 453 elementos oriundos do ex CNGF distribuídos pelo dispositivo conforme indica o Quadro G.3. o que resultava em 975 elementos.

Em Janeiro de 2008 faziam parte do SEPNA 930 elementos, como se pode verificar no Quadro G.4. O quadro orgânico comporta 491 militares da GNR e 439 elementos do ex-CNGF. Importa referir que os elementos provenientes do CNGF só executam a sua actividade no âmbito da legislação florestal, da legislação sobre a caça e no âmbito da pesca.

### **3.5 FORMAÇÃO**

Todos os militares que pertencem ao SEPNA têm que frequentar com aproveitamento o curso específico para protecção da natureza e ambiente. A elevada importância que a CSEPNA atribui à formação ministrada aos seus elementos reflecte-se nas parcerias que efectua com uma grande diversidade de organizações. Na realização de um curso SEPNA, intervêm a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Água (INAG), o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), a Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT), a Direcção-Geral de Veterinária (DGV), a Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) e a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC).

Com os cursos SEPNA pretendem-se clarificar os conceitos técnico-legais e desenvolver estratégias e formas de intervenção que permitam operacionalizar os pressupostos da missão geral do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente.

### **3.6 OBJECTIVOS A ATINGIR**

A chefia do SEPNA estabeleceu como objectivos a alcançar pelo serviço, de forma a consolidá-lo e projectá-lo firmemente no futuro, os seguintes:

- × Contribuir para a consolidação e desenvolvimento do sistema de protecção da natureza e do ambiente em Portugal;

- × Conferir maior capacidade de intervenção operacional aos seus elementos;
- × Desenvolver e ampliar o programa de fiscalização da utilização dos planos de água e das zonas de protecção de albufeiras de águas públicas;
- × Ampliar a fiscalização das Áreas Protegidas e de sítios da Rede Natura 2000;
- × Reforçar a actuação em matéria de prevenção, vigilância, detecção e investigação de incêndios florestais;
- × Equipar os diversos órgãos operacionais do SEPNA com os necessários equipamentos técnicos de controlo e monitorização dos recursos hídricos, contaminantes atmosféricos, manuseamento e bem-estar animal e material específico para prevenção/investigação de causas dos incêndios florestais;
- × Melhorar permanentemente a qualidade do serviço prestado pelo SEPNA;

### **3.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO**

Desde a sua criação em 2001, o SEPNA tem cumprido a sua missão de forma muito satisfatória e exemplar. A este facto deve-se certamente o aumento de competências específicas na área da protecção da natureza e ambiente.

As importantes missões que lhe estão atribuídas contribuem directamente para a protecção do meio ambiente e da natureza, contribuindo assim para um melhor futuro. Os objectivos delimitados pela CSEPNA, contribuirão não só para a afirmação nacional do serviço, mas serão também um passo precioso no desenvolvimento do sistema de protecção da natureza e do ambiente em Portugal.

Os resultados obtidos permitem afirmar que a criação deste serviço foi uma mais-valia para a GNR e também para o país.

# PARTE PRÁTICA

## CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

### 4.1 INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo da parte prática desenvolvem-se os procedimentos usados na condução do trabalho de campo. Abordar-se-á a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho, o modo como foi realizada a pesquisa e ainda pormenorizar a fase da elaboração do inquérito. No que diz respeito ao inquérito desenvolve-se a metodologia utilizada para a elaboração e aplicação e ainda para o tratamento dos dados. Enunciam-se também os critérios delimitadores da escolha da população e da amostra utilizada para a aplicação do inquérito.

Na última secção do capítulo são discutidos os resultados com importância para a verificação das hipóteses e para a resposta ao problema.

### 4.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Devido à abrangência do tema e tendo em conta o limite temporal para a conclusão da tarefa bem como o limite de páginas, sentiu-se necessidade de delimitar o âmbito de estudo da investigação.

Realizaram-se algumas entrevistas exploratórias<sup>25</sup>, que serviram para determinar quais os aspectos mais relevantes para este trabalho (Quivy & Campenhoudt, 2005). Estas entrevistas foram realizadas com a colaboração do Adjunto da Chefia do SEPNA e do responsável pelo corpo da Polícia Florestal de Monsanto.

Definidos que estavam o problema e as hipóteses considerou-se que o melhor instrumento para efectuar a recolha de dados seria o inquérito, que Ghiglione e Matalon definem como sendo “...uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objectivo de generalizar.” (2001, p. 7)

---

<sup>25</sup>“As entrevistas exploratórias não têm como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos, mas sim abrir pistas de reflexão (...) tomar consciência das dimensões e dos aspectos de um dado problema” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 79)

## 4.3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para a realização deste trabalho enveredou-se pelo caminho da **investigação quantitativa**<sup>26</sup>, Flick (2005) fundamenta a primazia deste tipo de investigação, contrapondo-a à investigação qualitativa, argumentando que a representatividade da amostra é garantia da obtenção de resultados concretos e que os dados qualitativos resumem-se a um papel meramente ilustrativo. Para Carmo e Ferreira

*“a utilização de métodos qualitativo (...) pressupõem a observação de fenómenos, a formulação de hipóteses explicativas desses mesmos fenómenos, o controlo de variáveis, a selecção aleatória dos sujeitos de investigação (amostragem), a verificação ou rejeição das hipóteses mediante recolha de dados [questionários], posteriormente sujeitos a uma análise estatística e uma utilização de modelos matemáticos para testar essas mesmas hipóteses”* (1998, p. 178)

O trabalho de campo baseou-se fundamentalmente na aplicação do inquérito que se encontra no apêndice B. Este instrumento possibilitou a colheita da opinião dos comandantes de Grupo e de Destacamento, segundo a **técnica da observação indirecta**<sup>27</sup>. Para o preenchimento dos inquéritos foi usada a **administração directa**<sup>28</sup> dos questionários. No que diz respeito ao **tipo de questões**, quanto à **forma** das perguntas o questionário é composto só por questões fechadas e quanto ao **conteúdo**, é composto por perguntas que dizem respeito a factos e por perguntas que se debruçam sobre “...opiniões, atitudes, preferências, etc.” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.114)

As perguntas de opinião foram concebidas para que a resposta pudesse ser dada segundo a **Escala de Likert**, embora adaptada a seis categorias contrariando as cinco sugeridas pelo autor, de maneira a evitar a centralização<sup>29</sup> dos resultados.

O tratamento dos dados recolhidos foi feito através da **análise estatística**, por **tratamento de inquérito** especialmente elaborado pelo autor para este trabalho de investigação aplicada (Quivy & Campenhoudt, 1997).

## 4.4 INQUÉRITO

### 4.4.1 CONTEÚDO

O inquérito é constituído por treze perguntas, algumas das quais subdivididas, organizadas em duas partes distintas. As perguntas da primeira parte do questionário,

---

<sup>26</sup> Principal objectivo da investigação científica é a generalização dos resultados.

<sup>27</sup> “No caso da administração indirecta o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. (...) Na observação indirecta, o instrumento de observação é um questionário ou guião de entrevista.” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 164)

<sup>28</sup> “Chama-se «de administração directa» quando é o próprio indivíduo que o preenche. (...) O questionário é-lhe endereçado indirectamente pelo correio ou qualquer outro meio. (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 188)

<sup>29</sup> A existência de seis categorias faz com que os inquiridos tenham de optar por uma categoria e não escolher a categoria central como forma de fuga à questão.

destinam-se à caracterização dos inquiridos e as restantes dizem respeito à caracterização do objecto de análise.

Para a caracterização dos inquiridos foram tidos em conta os elementos referentes à idade, o género, a arma a que pertence e a função que desempenha. Foram ainda feitas três perguntas com vista à caracterização da zona de acção.

A segunda parte começa na quinta pergunta onde se questiona o inquirido se exerce comando sobre meios hipo e qual a frequência da sua utilização. Na sétima e oitava perguntas pergunta-se acerca do tipo de patrulhamento que deveria ser executado por forças a cavalo. A resposta a estas perguntas era diferenciada entre os oficiais com ou sem comando sob meios hipo.

A todos os questionados era-lhes pedido que respondessem ainda como classificavam a utilização do cavalo quanto à sua utilidade em geral, quanto à sua utilidade no patrulhamento de zonas florestais e ainda qual a importância que atribuíam à realização de patrulhamentos a cavalo no âmbito da missão do SEPNA. As duas últimas perguntas têm a ver com a recolha de opinião sobre as vantagens e desvantagens do patrulhamento equestre em relação ao motorizado.

#### 4.4.2 FASES DA CONCEPÇÃO

Antes de enviar o questionário, seguindo a metodologia definida por Sarmento (2008) foi feito um pré-teste. Para tal foi pedida a colaboração de dez camaradas que se encontravam a frequentar o Curso de Promoção a Capitão na Escola da Guarda (EG). Como resultado desta etapa foram feitas algumas correcções, a maioria das quais relacionadas com a linguagem utilizada, com vista à simplificação das perguntas.

Os questionários foram enviados por correio. Dentro de cada envelope seguiu um segundo envelope, já endereçado à Escola da Guarda, para facilitar a devolução do inquérito preenchido. Acompanhou também o inquérito uma carta de apresentação<sup>30</sup> onde era anunciado o tema do trabalho, eram definidas algumas instruções para o seu correcto preenchimento, garantindo-se a confidencialidade das respostas, motivando os inquiridos realçando a importância da sua colaboração.

O envio dos questionários foi feito na primeira semana do mês de Junho e o prazo limite de recepção estabelecido foi o dia 4 de Julho de 2008.

---

<sup>30</sup> “Se se tratar de um questionário enviado por via postal, é importante que a apresentação do documento não seja dissuasiva e que este seja acompanhado por uma carta de introdução clara, precisa e motivante.” (Quivy & Campenhoudt, 1997, p. 184).

### 4.4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Quivy e Campenhoudt referem quais as três hipóteses com as quais o investigador se depara no que diz respeito à escolha da amostra

*“...ou recolhe dados e faz incidir as suas análises sobre a totalidade da população coberta por esse campo, ou a limita a uma amostra representativa desta população, ou estuda apenas algumas componentes muito típicas, ainda que não estritamente representativas, dessa população. A escolha é (...) teórica (...) na maior parte das vezes, uma das soluções se impõe naturalmente, em função dos objectivos da investigação.” (1997, p. 160).*

O critério escolhido para a definição da **população**<sup>31</sup> foi o de exercer o comando de uma subunidade territorial da GNR, pretendendo-se deste modo aproveitar a experiência e conhecimento abrangente dos inquiridos no âmbito do tema do nosso trabalho.

Depois da definição do critério delimitador da população constatou-se que a nossa população em estudo era constituída por 106 elementos, 83 Comandantes de Destacamento e 23 Comandantes de Grupo.

Depois de definida a população decidiu-se aplicar os inquéritos a todos os elementos da mesma *“porque a população é muito reduzida e pode ser integralmente estudada”* (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 160).

### 4.4.4 TRATAMENTO DE DADOS

No tratamento estatístico dos dados recolhidos pela aplicação do questionário foi utilizado o programa denominado *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 16.0. Para tal foi construída uma matriz com 24 colunas, que correspondem às 24 variáveis dependentes que compunham o inquérito e 85 linhas, correspondendo cada uma a um inquirido. Na elaboração dos gráficos foi utilizado o programa *Microsoft Office Excel*<sup>®</sup>.

Este questionário foi enviado a todos os comandantes de Grupo e Destacamento Territoriais porque se considerou que a sua experiência profissional era um auxiliar importantíssimo para se obterem os dados necessários. Dos 106 questionários enviados foram recebidos 85, o que corresponde a uma **taxa de retorno** na ordem dos 80,19%.

A dimensão da amostra permite generalizar os resultados obtidos para a população constituída por comandantes de grupo e destacamento territorial.

---

<sup>31</sup> “Conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 191).

## 4.5 ANÁLISE QUANTITATIVA DE DADOS

### 4.5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

No que diz respeito à caracterização dos indivíduos, em relação à **idade** e tendo em conta apenas as 84 respostas válidas<sup>32</sup>, só um elemento pertence à classe dos [41-45] constituindo 1,19% da amostra, 7,14% (6) pertencem à classe dos [36-40], 8,33% (7) estão na classe dos [46-50]. A grande fatia da amostra encontra-se abaixo dos 35 anos, 14,29% (12) têm entre 20 a 25 anos, 22,62% (19) têm entre 31 a 35 anos e 46,43% (39) encontram-se na classe dos [26-30]. Os dados descritos podem ser observados no Gráfico 4.1.

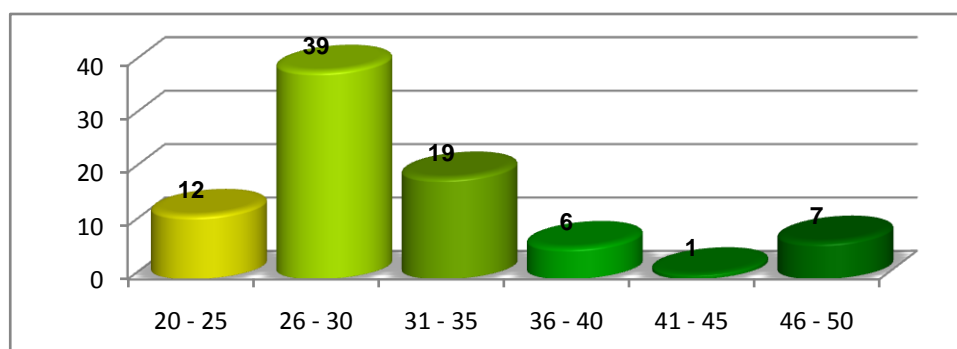


Gráfico 4.1: Idade dos inquiridos.

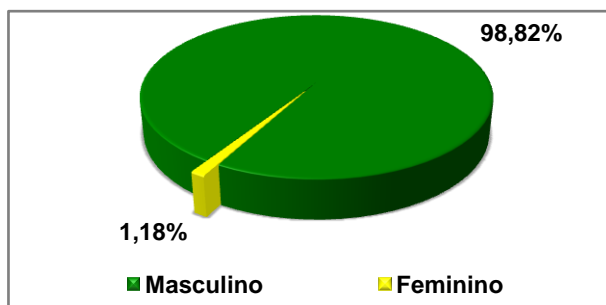


Gráfico 4.2: Género dos inquiridos

Quanto ao **género**, como se pode verificar no Gráfico 4.2, 98,82% (84) dos inquiridos são homens contra apenas uma militar do género feminino, a que corresponde 1,18% da amostra.

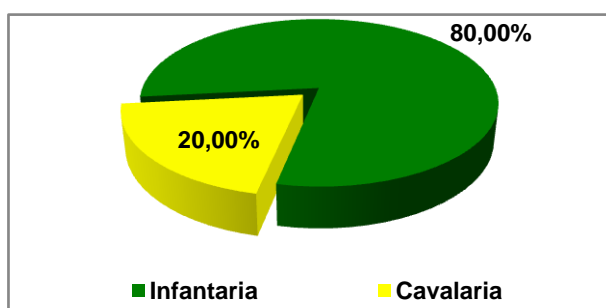


Gráfico 4.3: Arma dos inquiridos.

Quanto à **arma** do inquirido, como se pode constatar no Gráfico 4.3, 80,00% (68) são da arma de infantaria e 20,00% (17) são da arma de cavalaria.

<sup>32</sup> Um inquirido não preencheu o campo da idade.

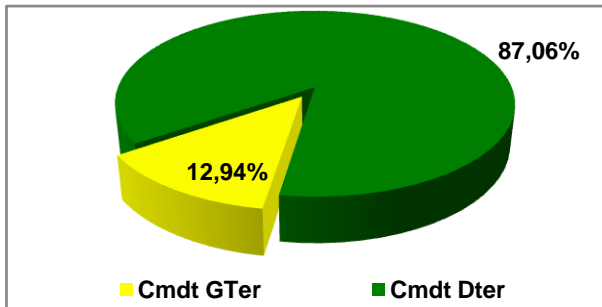


Gráfico 4.4: Função dos inquiridos.

As respostas relativas à **função** do inquirido apresentam uma variação semelhante à anterior, o Gráfico 4.4, indica que 12,94% (11) são Comandantes de Grupo enquanto 87,06% (74) são Comandantes de Destacamento Territorial.

#### 4.5.2 CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE ACÇÃO

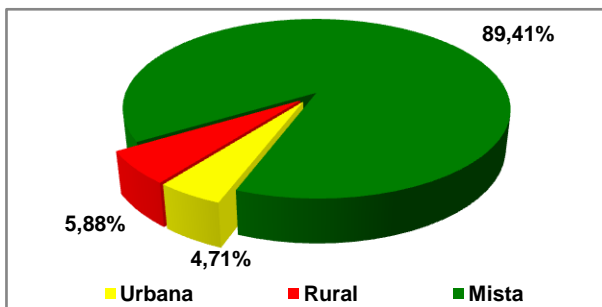


Gráfico 4.5: Tipologia da zona de acção

Quanto à **tipologia da zona de acção**, conforme demonstra o Quadro 4.5, 4,71% (4) indicou que desenvolve a sua função numa área urbana e 5,88% (5) indicaram o meio rural. 89,41% (76) dos inquiridos responde que a sua ZA se localiza numa área mista.

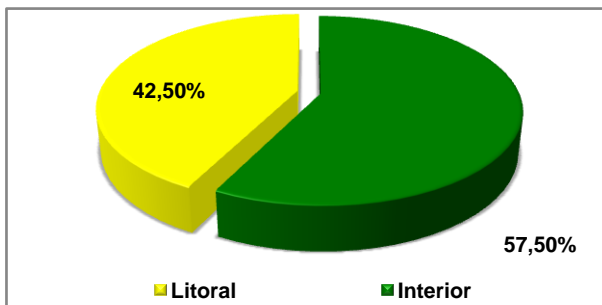


Gráfico 4.6: Localização da ZA.

Quanto à **localização** da zona de acção, nas 80 respostas válidas<sup>33</sup>, 42,50% (34) responderam que se situa no litoral e 57,5% (46) indicou no interior. Estes valores são apresentados no Gráfico 4.6.

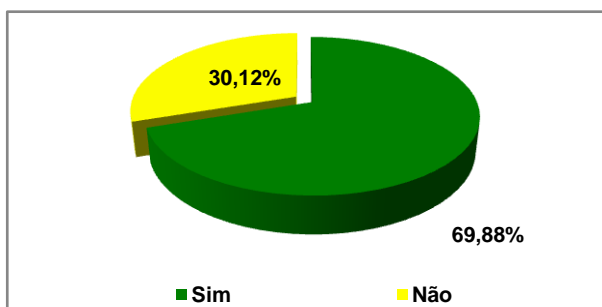


Gráfico 4.7: Áreas Protegidas.

Quando perguntado aos inquiridos se na sua ZA existe alguma **área protegida**, 69,88% (56) responde afirmativamente e 30,12% (25) responde negativamente. O Gráfico 4.7 mostra a distribuição das respostas a esta pergunta. Nesta pergunta há a registar duas ausências de resposta.

<sup>33</sup> Cinco inquiridos não responderam ou não deram uma resposta válida.

### 4.5.3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJECTO DE ANÁLISE

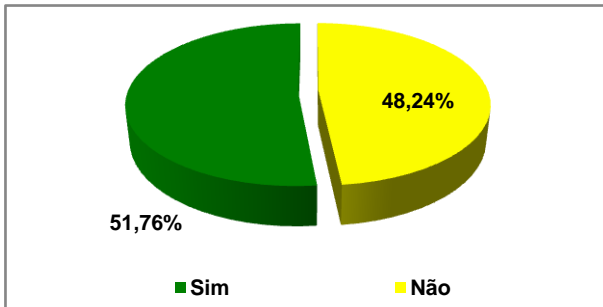


Gráfico 4.8: Comando sobre meios hipo.

Na quinta pergunta foi perguntado se tinha **comando sobre meios hipo**. Todos os inquiridos responderam a esta pergunta. Como pode ser observado no Gráfico 4.8, 48,24% (41) responde que não e 51,76% (44) afirma que tem cavalos sob o seu comando.

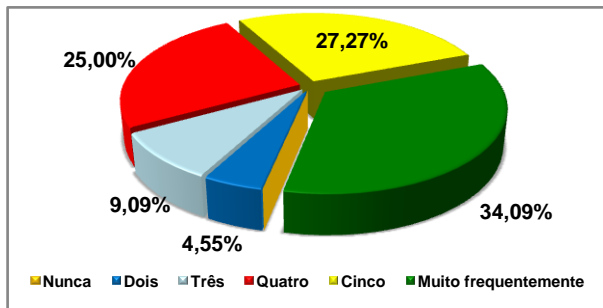


Gráfico 4.9: Utilização dos meios hipo.

Quem respondeu afirmativamente à quinta pergunta era inquirido com que **frequência** utilizava este tipo de meios. O Gráfico 4.9 mostra a distribuição das respostas dadas pelos 44 oficiais. Não houve nenhuma resposta na categoria “Nunca”, 4,55% (2) respondeu na categoria “Dois”, 9,09% (4) na categoria “Três”, 25,00% (11) na categoria “Quatro”, 27,27% (12) na categoria “Cinco” e 34,09% (15) afirma que os utiliza muito frequentemente.

na categoria “Três”, 25,00% (11) na categoria “Quatro”, 27,27% (12) na categoria “Cinco” e 34,09% (15) afirma que os utiliza muito frequentemente.

A estes oficiais era ainda perguntado que **tipo de patrulhamento** era desempenhado maioritariamente pelos **meios a cavalo**. O Gráfico 4.10 relaciona as respostas dadas segundo a prioridade estabelecida pelos comandantes.

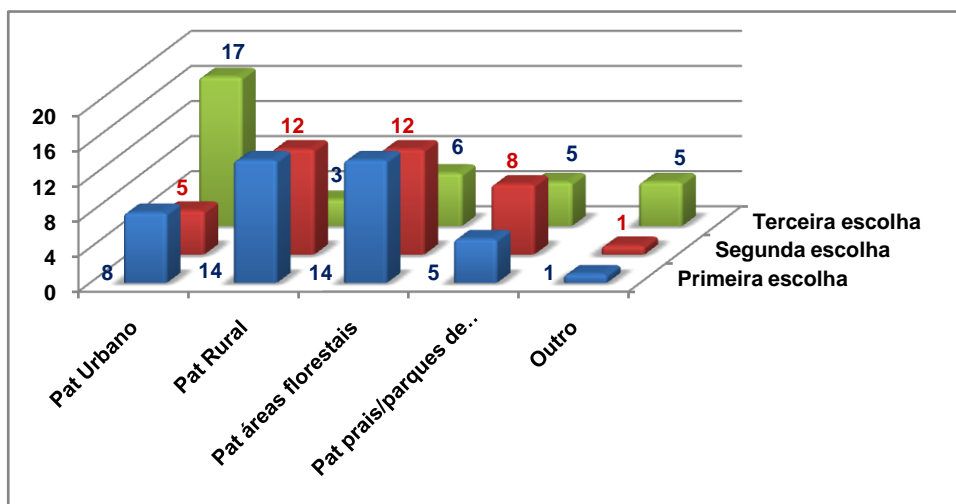


Gráfico 4.10: Tipo de Patrulhamento comandantes com meios hipo.

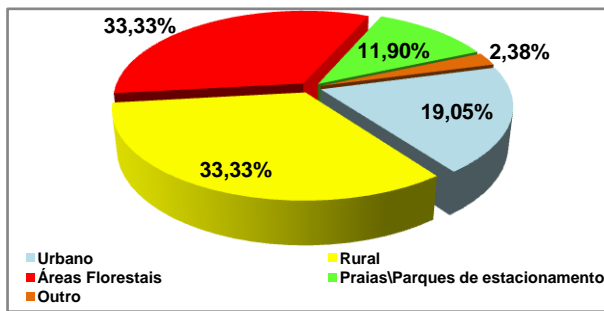


Gráfico 4.11: Primeira opção para tipo de patrulhamento.

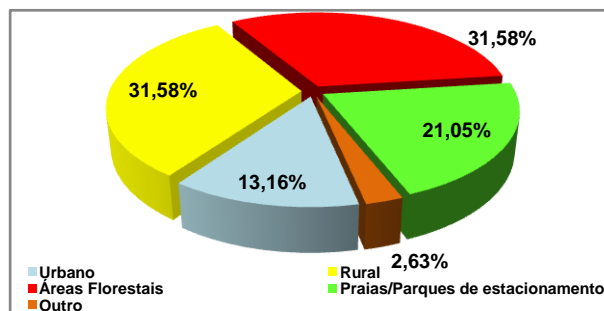


Gráfico 4.12: Segunda opção para tipo de patrulhamento.

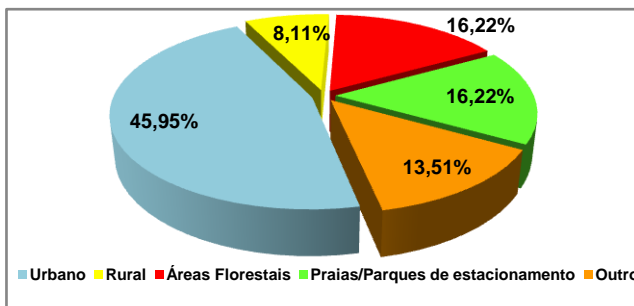


Gráfico 4.13 Terceira opção para tipo de patrulhamento.

O Gráfico 4.11 indica as percentagens para a primeira escolha. O “Patrulhamento Rural” e o “Patrulhamento em Áreas Florestais” obtiveram 33,33% (14) das respostas válidas<sup>34</sup>, 19,05% (8) para o “Patrulhamento Urbano” e 11,90% (5) para o “Patrulhamento em Praias/Parques de Estacionamento”.

O Gráfico 4.12 apresenta as respostas da segunda opção, “Patrulhamento Rural” e “Patrulhamento em Áreas Florestais” obtiveram 31,58% (12) das respostas válidas<sup>35</sup>, 21,05% (8) para o “Patrulhamento em Praias/parques de Estacionamento”, 13,16% (5) para o “Patrulhamento Urbano” e 2,63% (1) respondeu “Outro”.

Como terceira opção o “Patrulhamento em Áreas Florestais” e o “Patrulhamento em Praias/Parques de Estacionamento” obtiveram 16,22% (6) das respostas válidas, 19,05% (8) para o “Patrulhamento Urbano”, 11,90% (5) para o “Patrulhamento em Praias/Parques de Estacionamento” e

2,38% (1) respondeu “Outro”. Estes valores podem ser comprovados no Gráfico 4.13.

Com a oitava questão pretendeu-se determinar que **tipo de patrulhamento** os **comandantes sem forças a cavalo** atribuiriam a estes meios. O Gráfico 4.14 relaciona as respostas dadas segundo a prioridade estabelecida pelos comandantes.

<sup>34</sup> Só foram validadas 42 respostas.

<sup>35</sup> Só foram validadas 38 respostas para a segunda opção e 36 na terceira opção.

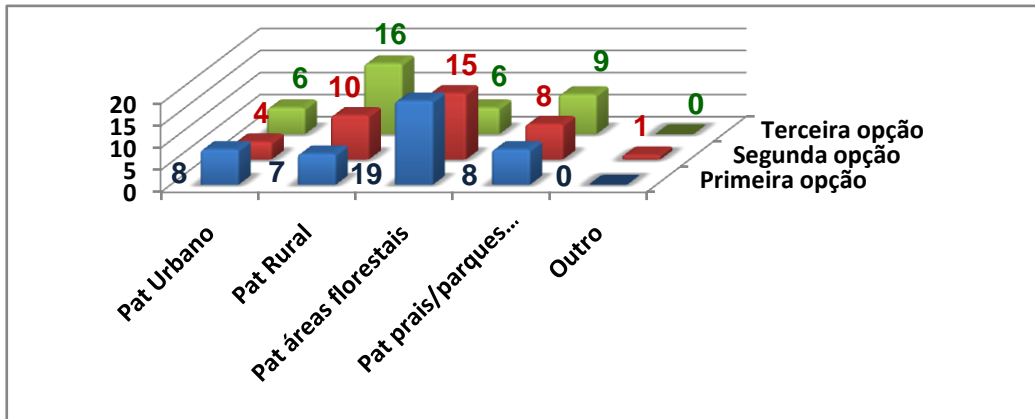


Gráfico 4.14: Tipo patrulhamento comandantes sem meios a cavalo.

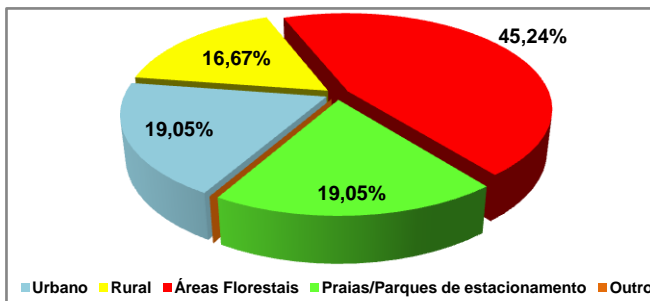


Gráfico 4.15: Primeira opção para tipo de patrulhamento.

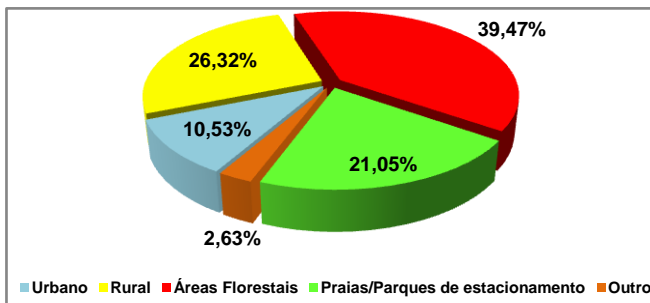


Gráfico 4.16: Segunda opção para tipo de patrulhamento.

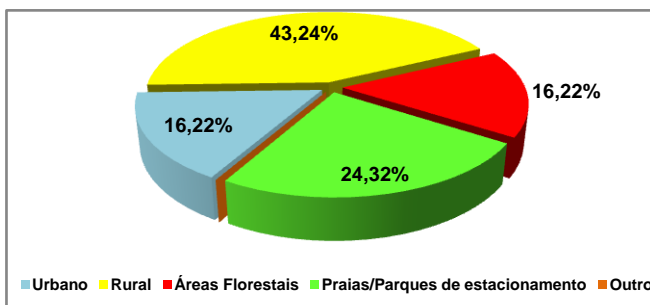


Gráfico 4.17: Terceira opção para tipo de patrulhamento.

Como primeira opção o “Patrulhamento em Áreas Florestais” obteve 45,24% (19) das respostas válidas<sup>36</sup>, 19,05% (8) para “Patrulhamento Urbano” e para “Patrulhamento em Praias/Parques de Estacionamento”, 16,67% (7) para “Patrulhamento Rural”.

O Gráfico 4.16 apresenta as respostas da segunda opção, “Patrulhamento em Áreas Florestais” obteve 39,47% (15) das respostas válidas<sup>37</sup>, 26,32% (10) para “Patrulhamento Rural”, 21,05% (8) para “Patrulhamento em Praias/Parques de Estacionamento”, 10,53% (4) para o “Patrulhamento urbano” e 2,63% (1) respondeu “Outro”.

O Gráfico 4.17 apresenta as percentagens da terceira opção. “Patrulhamento Rural” obteve 43,24% (16) das respostas válidas, 24,32% (9) para o “Patrulhamento em Praias/Parques de Estacionamento”, 16,22% (6) para o “Patrulhamento em

<sup>36</sup> Só foram validadas 42 respostas.

<sup>37</sup> Só foram validadas 38 respostas para a segunda opção e 37 na terceira opção.

Áreas Florestais” e 16,22% (6) respondeu “Patrulhamento Urbano”. Nenhum inquirido apontou “Outro” tipo de patrulhamento.

Seguiam-se duas perguntas onde era pedido que os inquiridos classificassem as forças a cavalo quanto à sua **utilidade em geral** e ainda sobre a sua **utilidade no patrulhamento de zonas florestais**.

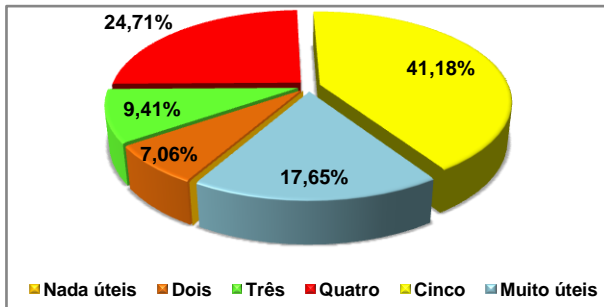


Gráfico 4.18: Utilidade em geral.

No Gráfico 4.18 constam as percentagens sobre a **utilidade dos meios hipo em geral**, sendo que ninguém os considerou como “Nada úteis”. 7,06% (6) respondeu na categoria “Dois”, 24,71% (21) na categoria “Quatro”, 41,18% (35) na categoria “Cinco” e 17,65% (15) considera-os muito úteis.

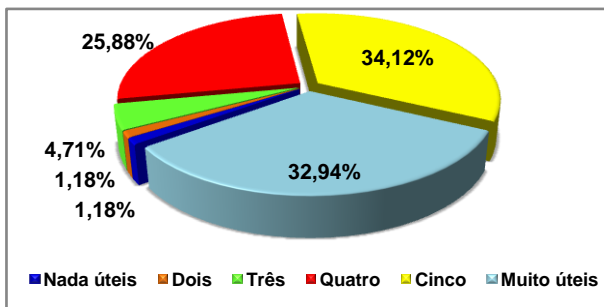


Gráfico 4.19: Utilidade em zonas florestais.

Na pergunta sobre a **utilidade em zonas florestais**, como se indica no Gráfico 4.19, “Nada úteis” e “Dois” obtiveram 1,18% (1), 4,71% (4). Na categoria “Quatro”, 34,12% (29) categoria “Cinco” e 32,94% (28) afirma que os considera como “Muito úteis”.

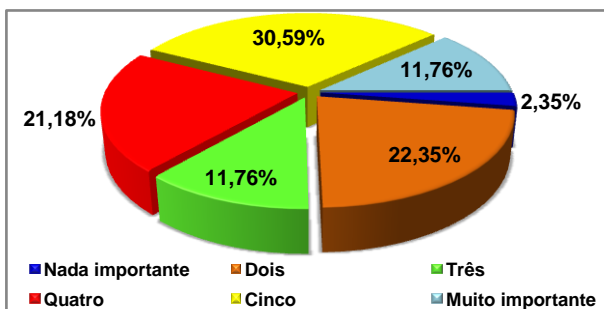


Gráfico 4.20: Importância pat. a cavalo no SEPNA.

À décima primeira pergunta, sobre a **importância do patrulhamento a cavalo no SEPNA**, 2,35% (2) respondeu “Nada importante”, 22,35% (19) respondeu na categoria “Dois”, 11,76% (10) na categoria “Três”, 21,18% (18) na categoria “Quatro”, 30,59% (26) na

categoria “Cinco” e 11,76% (10) afirma que os considera como “Muito úteis”. As percentagens encontram-se no Gráfico 4.20.

Nas duas últimas perguntas foi pedido para enumerar três vantagens e três desvantagens, por ordem de importância.

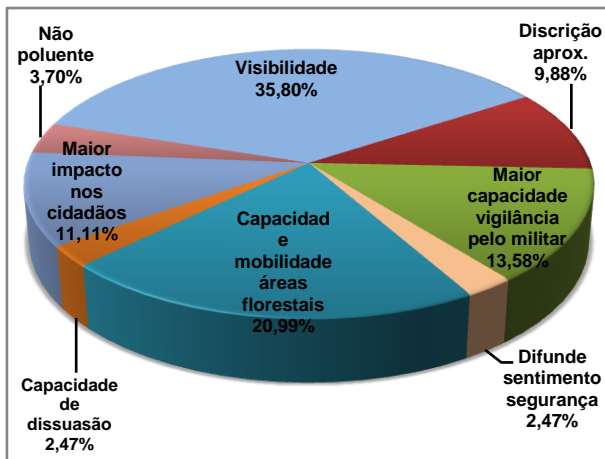


Gráfico 4.21: Principal vantagem.

O Gráfico 4.21 apresenta as percentagens dos itens considerados como **principal vantagem**. A “Visibilidade” com 35,80% (29), a “Mobilidade em áreas florestais” com 20,99% (17) e a “Capacidade de Vigilância” com 13,58% (17) foram os itens com maiores percentagens.

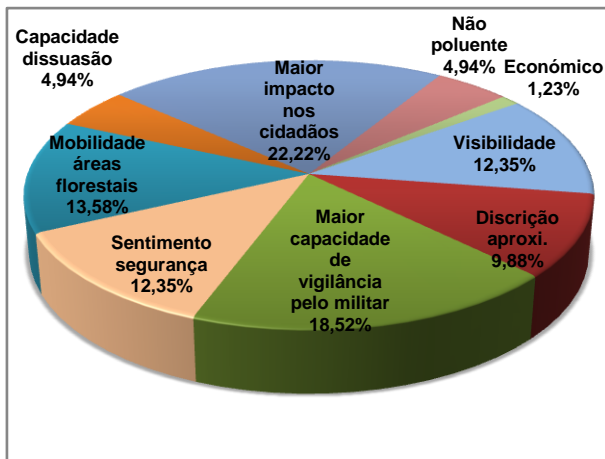


Gráfico 4.22: Segunda vantagem assinalada.

Como **segunda vantagem**, conforme se pode verificar no Gráfico 4.22, foi identificada “Impacto nos cidadãos” com 22,22% (18), a “Capacidade de Vigilância” com 18,52% (15) e a terceira vantagem com maior percentagem de resposta foi a “Mobilidade em áreas florestais” com 13,58% (11).

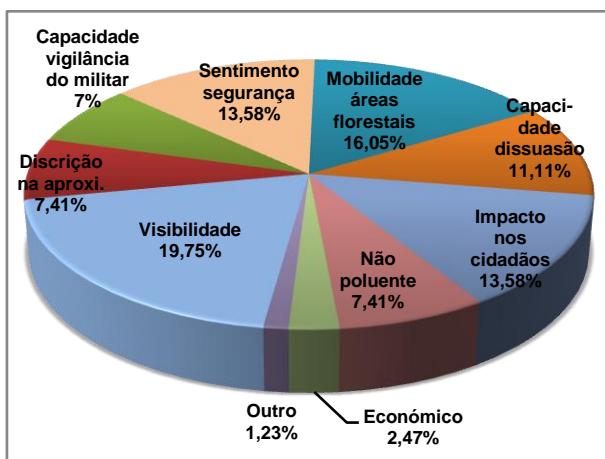


Gráfico 4.23: Terceira vantagem assinalada.

O Gráfico 4.23 apresenta os itens considerados como **terceira vantagem**. Com maior percentagem, Foi “Visibilidade” com 19,75% (16), a “Mobilidade em áreas florestais” com 16,05% (13) e “Sentimento de segurança” e “Maior impacto nos cidadãos”, ambos com 13,58% (11).

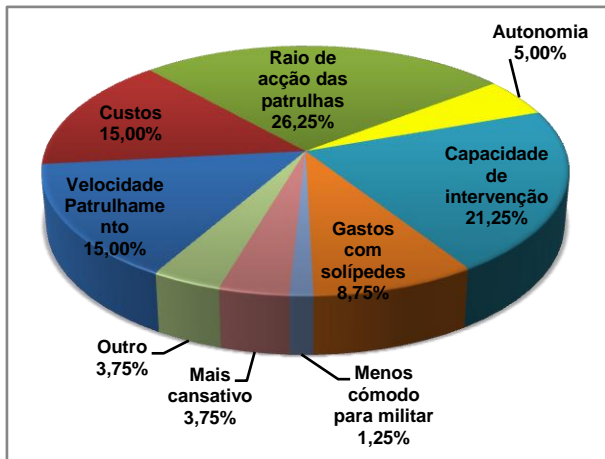


Gráfico 4.24: Principal desvantagem.

O Gráfico 4.24 apresenta a distribuição gráfica da **principal desvantagem**. Foi identificada o “Raio de acção das patrulhas” com 26,25% (21), a “Capacidade de intervenção” com 21,25% (17) e os “Custos” e “velocidade de patrulhamento” com 15,00% (12).

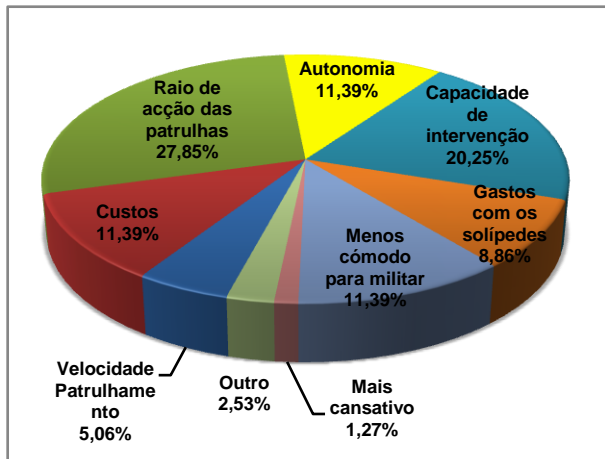


Gráfico 4.25: Desvantagem assinalada em segundo lugar.

Como **segunda desvantagem** foi identificada “Raio de acção das patrulhas” com 27,85% (22), “Capacidade de intervenção” com 20,25% (16) e em terceiro “Custos”, “Comodidade” e “Autonomia” com 11,39% (9).

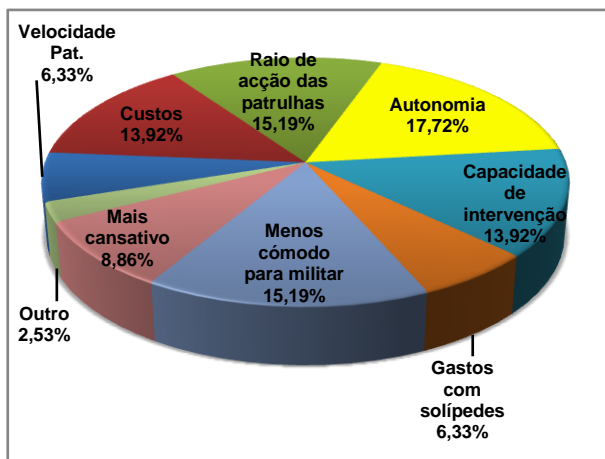


Gráfico 4.26: Desvantagem assinalada em terceiro lugar.

Como **terceira desvantagem** foi identificada “Autonomia” com 17,27% (14), a “Raio de acção” e “Comodidade” com 15,19% (12) e em terceiro “Custos” e “Capacidade de intervenção” com 13,92% (11).

## 4.6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os dados recolhidos com o inquérito, depois de devidamente tratados permitem tecer algumas considerações sobre as variáveis que foram introduzidas no inquérito.

Relativamente à caracterização dos indivíduos, no que diz respeito à idade, a amostra apresenta como média 31,29 anos, o valor mais baixo é 23 anos e o mais elevado é 50 anos. Apresenta ainda um desvio-padrão na ordem dos 6,757. A amostra é constituída maioritariamente por elementos da arma de infantaria. Esta percentagem reflecte a realidade, visto que há mais oficiais da arma de infantaria nos quadros da GNR. A grande discrepância de percentagem entre os comandantes de destacamento e comandantes de grupo revela a forma como a GNR está organizada no terreno. Embora só onze Comandantes de Grupo tenham respondido ao inquérito o que nem chega a metade dos grupos territoriais existentes actualmente.

Quanto à caracterização da zona de acção, os dados recolhidos revelam uma maior localização em áreas no interior do país, o que revela que ainda hoje a GNR continua a cumprir a sua missão em áreas do interior, tal como a missão estabelecida pela lei orgânica de 1911 definia. O facto de quase 90% da amostra considerar que desenvolve a sua acção numa zona mista tem a ver com o desenvolvimento, cada vez maior, das áreas rurais.

O facto de os inquiridos desenvolverem a sua acção em áreas diferentes não influencia a forma como percebem a valência equestre porque não se verificam grandes discrepâncias nas respostas dadas pelos oficiais, como se pode verificar na Tabela 4.1. Para determinar qual a aceitação dos inquiridos, a partir da média às respostas sobre a utilidade em geral e sobre a utilidade em áreas florestais foi determinado o “Índice de aceitação”

Tabela 4.1: Crosstabulation “Localização ZA” \* “Aceitação”.

Localização ZA * Aceitação Crosstabulation						
		Aceitação				Total
		Razoavelmente	Moderadamente	Bastante	Muito	
Localização ZA	Litoral	2	7	10	15	34
	Interior	4	10	22	10	46
Total		6	17	32	25	80

A grande percentagem de comandantes a afirmar a existência de áreas protegidas na sua ZA confirma a política desencadeada pelos governos portugueses de protecção da natureza e do meio ambiente. Ao classificar-se uma zona com área

protegida está-se a delimitar um conjunto de medidas com vista à sua protecção ambiental.

O facto de haver percentagens bastante próximas à pergunta onde era questionado se exercia comando sobre meios hipo mostra a verdadeira dispersão territorial dos cavalos. Dos 74 Comandantes de Destacamento que responderam ao inquérito 35 exercem comando sobre meios hipo e dos onze Comandantes de Grupo apenas dois não comandam forças a cavalo.

Dos 44 comandantes que afirmaram que comandam meios a cavalo, 86,36% respondeu que os utilizava frequentemente, esta resposta reflecte-se nos dados referentes ao patrulhamento a cavalo efectuado pela GNR, que nos últimos anos tem vindo a aumentar os índices de mobilidade, como se pode verificar no Anexo I.

As respostas à pergunta sobre a utilidade em geral mostram que 83,54% consideram que os meios a cavalo são úteis no serviço territorial em geral, há 15 elementos da amostra que consideram os meios a cavalo muito úteis para o serviço. A Tabela 4.2 mostra que não há grandes divergências de resposta quando se tem em conta o facto de os inquiridos exercerem comando sobre meios a cavalo.

**Tabela 4.2: Crosstabulation “Meios Hipo”\*“Utilidade”.**

		Utilidade					Total
		Dois	Três	Quatro	Cinco	Muito	
Meios Hipo	Sim	3	3	9	19	10	44
	Não	3	5	12	16	5	41
Total		6	8	21	35	15	85

As respostas alusivas à utilidade no patrulhamento em zonas florestais evidenciam uma maior concordância, com 92,93% a afirmar a utilidade destes meios para este tipo de patrulhamento específico. É relevante referir que apenas seis comandantes, num universo de 86, referiram considerar o patrulhamento a cavalo em áreas florestais como algo com menor utilidade, como se pode verificar na Tabela 4.3.

**Tabela 4.3: Crosstabulation “Arma”\*“Utilidade pat florestas”.**

		Utilidade áreas florestais					Total	
		Nada	Dois	Três	Quatro	Cinco		Muito
Arma	Infantaria	1	1	4	17	21	24	68
	Cavalaria	0	0	0	5	8	4	17
Total		1	1	4	22	29	28	85

Na pergunta sobre a importância do patrulhamento a cavalo no âmbito da missão do SEPNA, verifica-se uma maior dispersão nas respostas. Mesmo assim, 63,53% considera este tipo de patrulhamento importante, contra 36,47% que afirma não o considerar importante. Analisando a Tabela 4.4, verifica-se que nos comandantes que pertencem à arma de infantaria há uma grande divergência de respostas. Há vinte comandantes a atribuir-lhe a categoria cinco mas pelo contrário, há 15 inquiridos a atribuir a categoria “Dois”.

**Tabela 4.4: Crosstabulation “Arma”\*”Utilidade pat SEPNA”.**

		Arma * Pat SEPNA Crosstabulation						Total
		Pat SEPNA						
		Nada	Dois	Três	Quatro	Cinco	Muito	
Arma	Infantaria	2	15	9	16	20	6	68
	Cavalaria	0	4	1	2	6	4	17
Total		2	19	10	18	26	10	85

No que diz respeito às vantagens enumeradas, verifica-se que as que são referidas mais vezes, não tendo em conta a importância atribuída, são a visibilidade, a mobilidade em áreas florestais e a capacidade de vigilância. Pode dizer-se que estas são as principais vantagens do patrulhamento a cavalo e que os comandantes revelam uma concordância no que diz respeito a enumerar as vantagens. O item que obteve menor percentagem no conjunto das três vantagens foi a parcela “Não poluente”. As principais desvantagens assinaladas são o raio de acção das patrulhas a cavalo, a menor capacidade de intervenção e os custos, a velocidade de patrulhamento e a comodidade para o militar são consideradas as desvantagens menos importantes. Quando se pede para ordenar as desvantagens verifica-se uma maior discordância entre os inquiridos.

Verifica-se que seis comandantes da arma de infantaria apontam uma baixa aceitação dos meios hipo, enquanto dos 18 comandantes da arma de cavalaria 12 apresentam um índice de aceitação elevado. Estes valores podem ser verificados na Tabela 4.5.

**Tabela 4.5: Crosstabulation “Arma”\*”Aceitação”.**

		Arma * Aceitação Crosstabulation				Total
		Aceitação				
		Razoavelmente	Moderadamente	Bastante	Muito	
Arma	Cavalaria	0	1	12	4	18
	Infantaria	6	18	22	22	69
Total		6	19	34	26	85

# CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO

## 5.1 INTRODUÇÃO

Depois de concluída toda a investigação, é momento de tecer algumas conclusões sobre a informação recolhida. Neste último capítulo vai ser apresentada a verificação das hipóteses, enumeradas na introdução do trabalho e apresentam-se as reflexões finais, possíveis de alcançar a partir dos dados recolhidos e do seu tratamento científico. Antes de dar por terminado o presente trabalho sugerem-se aspectos que podem ser aproveitados para futuras investigações, que mais não são do que a pequena contribuição para a evolução da Guarda Nacional Republicana.

## 5.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

- **H1 – A aceitação do patrulhamento a cavalo no serviço territorial depende da arma do comandante.**

Depois de executada a *Crosstabulation* entre a variável “arma” e “índice de aceitação” é possível afirmar que a aceitação do patrulhamento a cavalo é ligeiramente influenciada pela arma do comandante, visto que há uma ligeira discrepância nas respostas dadas, a primeira hipótese considera-se **confirmada**.

**A arma do comandante condiciona a aceitação do patrulhamento a cavalo.**

- **H2 – A arma do comandante influencia a importância dada ao patrulhamento em áreas florestais.**

É possível afirmar que a aceitação do patrulhamento a cavalo em áreas florestais não é influenciada pela arma do comandante, já que a ligeira discrepância que existe apenas tem a ver com o maior número de comandantes da arma de infantaria que responderam ao inquérito. A segunda hipótese **não se confirma**. As respostas dividem-se essencialmente pelas categorias “Muito”, “Cinco” e “Quatro”, tanto nos comandantes da arma de infantaria ou cavalaria.

**A arma do comandante não condiciona a importância dada ao patrulhamento em áreas florestais**

➤ **H3 – A localização da área de acção influencia a aceitação dos cavalos por parte dos comandantes.**

Da análise da Tabela 4.1 conclui-se que a terceira hipótese **não se confirma**, visto que as discrepâncias que se verificam nas frequências de resposta são muito ligeiras.

**A aceitação do patrulhamento a cavalo não é influenciada pela localização da zona de acção.**

### **5.3 REFLEXÕES FINAIS**

Desde muito cedo que a segurança dos cidadãos é considerada como objectivo vital de qualquer estado, que todos os Governos promovem, legislando de forma a alcançar tal desiderato.

Em Portugal, esta preocupação originou a formação de corpos de polícia específicos para asseverar a segurança das populações, verdadeiros antecessores da GNR. Todos estes corpos de polícia, excepto os Quadrilheiros, faziam uso do cavalo no âmbito da sua missão. A realização de patrulhamentos a cavalo iniciou-se no princípio do séc. XIX e mantém-se actualmente, contribuindo para o cumprimento da missão da GNR.

O SEPNA desenvolve um valioso trabalho na sua área específica de actuação, merecedor de um amplo reconhecimento, tanto da sociedade em geral como das mais altas hierarquias políticas e militares. As competências atribuídas ao SEPNA, atribuindo-lhe a coordenação da prevenção, vigilância, detecção e investigação no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, são fruto do seu desempenho.

Por tudo o que foi apresentado na parte teórica do trabalho é possível verificar a importância que a valência equestre sempre teve no seio da GNR. Esta importância é confirmada por 83,54% dos comandantes de Grupo e Destacamento Territoriais, que lhe atribuem grande utilidade.

Em relação ao problema central do trabalho conclui-se que **o patrulhamento a cavalo constitui uma mais-valia no âmbito da missão do SEPNA**, já que **65,53%** dos inquiridos **classificaram de importante a muito importante o patrulhamento a cavalo no âmbito da missão deste serviço**. Tendo em conta as vantagens e desvantagens enumeradas conclui-se que **as vantagens deste tipo de patrulhamento superam as desvantagens**, que através de um estudo cuidado podem ser minimizadas.

Importa realçar que os militares de cavalaria devem possuir o curso específico do SEPNA para que se dê continuidade ao meritório trabalho realizado até ao momento, que muito depende da formação ministrada aos militares.

Tendo em conta os objectivos estabelecidos pela Chefia do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente para a afirmação do mesmo, é de considerar que o cavalo constitui uma forma útil de atingir tais objectivos de forma eficaz.

## **5.4 SUGESTÕES**

Os resultados obtidos com a realização do inquérito permitem afirmar que a resposta ao problema levantado só pode ser positiva. Porém, para que a execução do patrulhamento a cavalo se verifique realmente, é necessário fazer um estudo prévio sobre algumas circunstâncias relacionadas com este, possível, novo encargo.

O material e equipamento com o qual será necessário equipar as patrulhas terá que ser alvo de um estudo pormenorizado, bem como os moldes delimitadores da implementação desta nova forma de patrulhamento.

Uma medida que pode ser promovida, será desenvolver este tipo de patrulhamento, a título experimental, nas zonas classificadas como Rede Natura 2000, de forma a limitar o número de veículos ao máximo nestas áreas protegidas.

## **5.5 FECHO**

Embora ao longo do curso seja frequente haver trabalhos de investigação para as várias cadeiras do curso, a feitura do trabalho que agora tem o seu termo proporcionou um prazer especial, não só pelo tema em si mas também pelo facto de ser dos últimos passos antes de atingir o fim.

Da mesma forma que a colocação da última peça do puzzle proporciona a satisfação de saber que se está a alcançar um objectivo, também este trabalho foi elaborado com o sentimento de quem quer conseguir o fim, há cinco anos delimitado, pertencer ao oficialato da Guarda Nacional Republicana.

## BIBLIOGRAFIA

### LIVROS

- Andrade, J. M. (1824). *Memorial de OFFICIAL da Guarda Real da Polícia de Lisboa*, Lisboa: Tipografia de António Rodrigues Galhardo.
- Bryman, A., & Cramer, D. (2003). *Análise de Dados em Ciências Sociais* (3ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2001). *O Inquérito* (4ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Guarda Nacional Republicana. (1922). *Anuário de 1922*. Lisboa: Tipografia da GNR.
- Guarda Nacional Republicana. (1958). *Origens da Guarda Nacional Republicana – I Parte – A Guarda Real da Polícia, Esboço Histórico*. Lisboa: Tipografia da GNR.
- Guardia Civil. (1994). *Guardia Civil – 150 Años Al Servicio de todos*. Madrid: Centro de Publicaciones Ministerio del Interior.
- Noronha, E. (1950). *Origens da GNR – II Parte – A Guarda Municipal*. Lisboa: Tipografia GNR.
- Santos, A. P. R. (1999). *O Estado e a Ordem Pública – As Instituições Militares Portuguesas*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

### METODOLOGIA

- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta,.
- Quivy, R., & van Campenhoudt, L. (2004). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático Sobre a Metodologia Científica*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

## LEGISLAÇÃO

Constituição da Republica Portuguesa.

Lei nº 63/2007 de 6 de Novembro.

Decreto de 12 de Outubro de 1910.

Decreto do Ministério do Interior, de 3 de Maio de 1911.

Decreto nº 4179, de 20 de Abril de 1918.

Decreto nº 8064, de 13 de Março de 1922.

Decreto nº 12 259, de 31 de Julho de 1926.

Decreto nº 13 138, de 15 de Fevereiro de 1927.

Decreto-Lei nº 33 905, de 2 de Setembro de 1944.

Decreto-Lei nº 36335, de 9 de Junho de 1965.

Decreto – Lei nº 333/83, de 14 de Junho.

Decreto – Lei nº 231/93, de 26 de Julho.

Decreto-Lei nº 265/70, de 12 de Julho.

Decreto-Lei nº 510/71, de 12 de Julho.

Decreto – Lei nº 22/2006, de 2 de Fevereiro.

Portaria nº 798/2006, de 11 de Agosto.

Programa do XVIII Governo Constitucional de Portugal.

NEP/GNR nº 3.45, de 11 de Janeiro de 2001.

## RELATÓRIOS

Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente. (2003) *Relatório de Actividades*. Lisboa:  
Chefia do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente.

Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente. (2006) *Relatório de Actividades*. Lisboa:  
Chefia do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente.

Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente. (2007) *Relatório de Actividades*. Lisboa:  
Chefia do Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente.

4ª Repartição (2006) *Relatório de Actividades*: Lisboa: 4ª Repartição CG/GNR.

## **TRABALHOS**

Jacinto, D.R.M., & Moisés, J.M.C., & Pousa, R. S. F., & Prazeres, C. M. C., (2006). *A Organização/Otimização dos Meios Hipo nas Unidades Territoriais da GNR*. Trabalho de Investigação de Grupo – CPOS/GNR. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

## **WEB**

### **Guarda Nacional Republicana**

[www.gnr.pt](http://www.gnr.pt)

Apresenta informação sobre a Guarda Nacional Republicana.

Site acedido pela última vez em 17 Julho de 2008, pelas 15 horas e 30 minutos.

### **Instituto Geográfico Português**

[www.igoe.pt](http://www.igoe.pt)

Apresenta informação sobre a geografia de Portugal.

Site acedido em 20 de Julho de 2008, pelas 11 horas e 20 minutos.

### **Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade**

[www.icn.pt](http://www.icn.pt)

Apresenta informação sobre a legislação relativa à protecção da natureza e ambiente.

Site acedido em 15 de Julho de 2008, pelas 16 horas e 15 minutos.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A – REDE NATURA 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem como objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens no território europeu de cada Estado-membro da UE.

Esta rede resulta da implementação de duas Directivas Comunitárias, a Directiva Aves (79/409/CEE, de 2 de Abril) que diz respeito à conservação das aves selvagens e a Directiva Habitats (94/43/CEE, de 21 de Maio), relativa à protecção dos Habitats, da fauna e flora selvagens. Em Portugal O Decreto-lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção do Decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, determina a elaboração de um plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000, que estabeleça o *“âmbito e enquadramento das medidas referentes à conservação das espécies da flora, da fauna e dos habitats naturais e tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas”*.

A rede ecológica, é formada por Zonas Especiais de Protecção (ZEP) e por Zonas de Protecção Específica (ZPE). Cada uma destas áreas tem objectivos distintos, com as ZEP pretende-se salvaguardar e conservar habitats de grande valor ecológico, as ZPE dizem respeito à conservação de aves selvagens.

Em Portugal a Rede Natura 2000 ocupa cerca de 20% do território nacional, sendo que só no continente há 59 áreas com esta denominação. Na Figura A.1 pode ver-se a distribuição das principais áreas da rede.

Esta rede estende-se também aos Arquipélagos da Madeira e dos Açores. Na Madeira 80% do território está abrangido pela Rede Natura 2000.

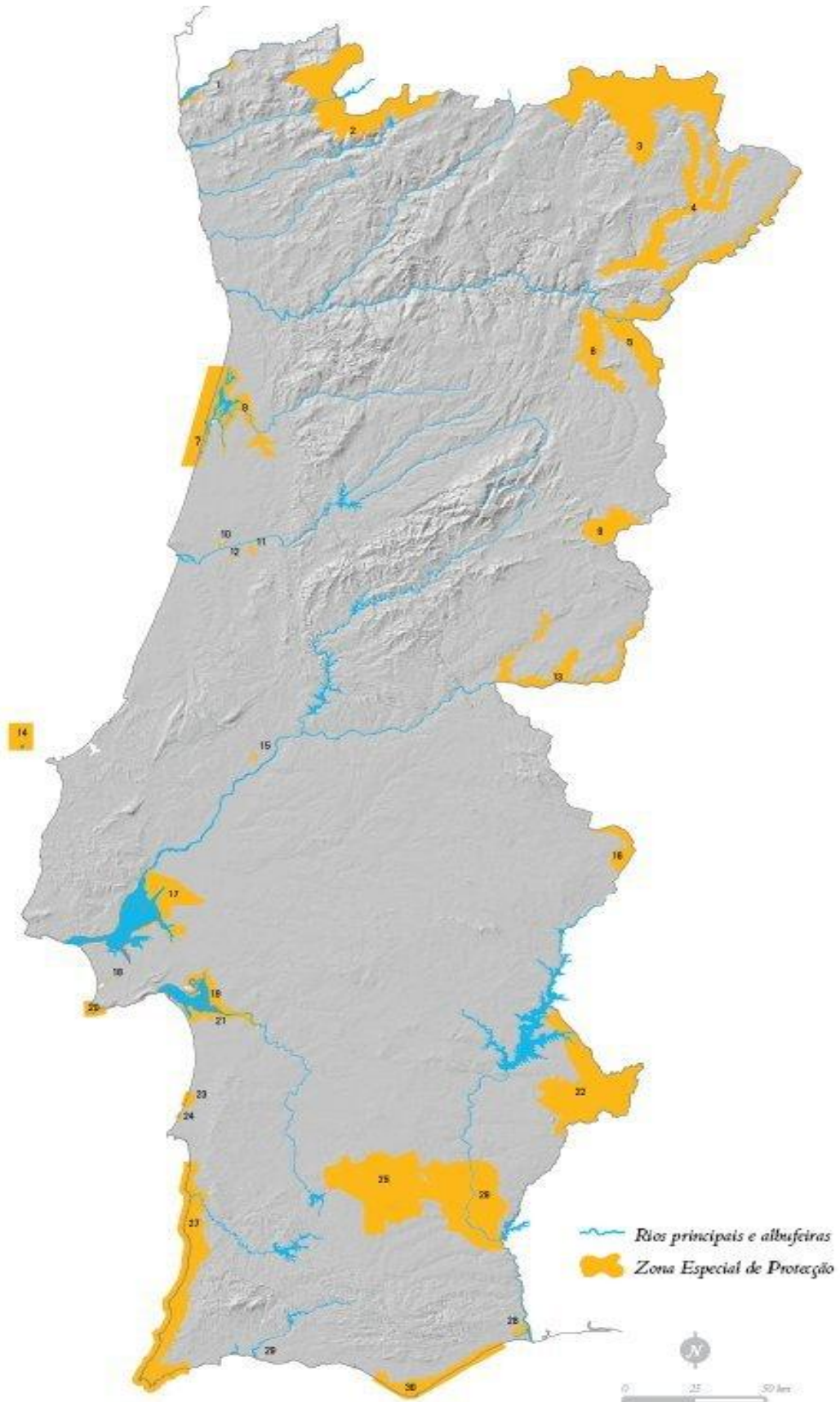


Figura A.1: Rede Natura 2000.  
Fonte: [www.igoe.pt](http://www.igoe.pt)

# APÊNDICE B – INQUÉRITO



**ACADEMIA MILITAR  
DIRECÇÃO DE ENSINO**

**TPO GNR/CAV- 2007/2008**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**“A IMPORTÂNCIA DA VALÊNCIA EQUESTRE PARA O  
CUMPRIMENTO DA MISSÃO TERRITORIAL DA GUARDA  
NACIONAL REPUBLICANA”**

**INQUÉRITO**

Aspirante de GNR/Cav Bruno Miguel Fernandes Pires

Orientador: Capitão GNR/Cav Paulo Vilela

Queluz, Junho de 2008

## INTRODUÇÃO

O presente Questionário insere-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada necessário para a conclusão do Mestrado em Ciências Militares – Ramo GNR Armas, subordinado ao tema “**A importância da valência equestre para o cumprimento da missão territorial da GNR**”, tendo como objectivo determinar se o patrulhamento a cavalo no âmbito da missão do SEPNA constitui uma mais-valia.

Os dados a recolher serão anónimos e sujeitos a tratamento estatístico.

## INSTRUÇÕES

Para responder ao questionário, deverá assinalar com uma cruz (X) a resposta com que mais se identifica. Em algumas questões solicita-se que classifique as respostas por ordem de importância.

Por favor responda a todas as questões colocadas, pois a sua opinião e experiência profissional são fulcrais para o alcançar do objectivo do trabalho proposto.

Todas as respostas são estritamente confidenciais, não se pretendendo qualquer tipo de identificação pessoal.

Para se poder realizar o tratamento estatístico, solicita-se que envie o presente inquérito, no envelope que o acompanha, com a maior brevidade possível. O tempo limite de recepção será dia **30 de Junho de 2008**.

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO.

Bruno Miguel Fernandes Pires  
Asp. GNR/Cav.

## QUESTIONÁRIO

### Caracterização dos Inquiridos

1. Idade \_\_\_\_\_ anos

2. Género  M  F

3. Arma  Infantaria  Cavalaria

4. Que função desempenha?

Comandante de Grupo Territorial;

Comandante de Destacamento Territorial;

4.1. A sua actividade é exercida numa área:

Urbana  Rural  Mista

4.2. A área de actuação fica situada no:

Litoral

Interior

4.3 Na sua Zona de Acção existe alguma área protegida?

Sim

Não

### Caracterização do Objecto de Análise

5. Tem meios Hipo sob o seu comando?

Sim

Não

**Se respondeu NÃO passe à pergunta 8**

6. Com que frequência utiliza os meios hipo sob o seu comando na sua zona de acção?

<b>Raramente ou nunca</b>							<b>Muito frequentemente</b>

7. Que tipo de patrulhamento atribui maioritariamente aos meios hipo sob seu comando? Indique por ordem de prioridade de 1 a 3.

- Patrulhamento urbano
- Patrulhamento rural
- Patrulhamento a áreas florestais
- Patrulhamento praias / parques de estacionamento
- Outro (s) – Qual (ais)? \_\_\_\_\_

**Passa à pergunta 9**

8. Não tendo meios Hipo sob seu comando, na sua opinião qual o tipo de patrulhamento que prioritariamente deveria ser atribuído a estes meios. Indique por ordem de prioridade de 1 a 3.

- Patrulhamento urbano
- Patrulhamento rural
- Patrulhamento a áreas florestais
- Patrulhamento praias / parques de estacionamento
- Outro (s) – Qual (ais) \_\_\_\_\_

9. Como classifica os meios hipo quanto à sua utilidade em geral?

<b>Nada úteis</b>							<b>Muito úteis</b>

10. Como classifica os meios hipo quanto à sua utilidade no patrulhamento de zonas florestais?

<b>Nada úteis</b>							<b>Muito úteis</b>

11. Como considera a realização de patrulhamento a cavalo no âmbito da missão do SEPNA?

Nada importante							Muito importante

12. Na sua opinião quais são as 3 principais vantagens do patrulhamento a cavalo em relação ao motorizado?

Indique por ordem de importância, sendo que 1 é a mais importante e a 3 a menos importante.

Visibilidade .....	<input type="checkbox"/>
Discrição na aproximação .....	<input type="checkbox"/>
Maior capacidade de vigilância pelo militar .....	<input type="checkbox"/>
Difunde sentimento de segurança .....	<input type="checkbox"/>
Capacidade mobilidade em áreas florestais .....	<input type="checkbox"/>
Capacidade de dissuasão .....	<input type="checkbox"/>
Maior impacto nos cidadãos .....	<input type="checkbox"/>
Não poluente .....	<input type="checkbox"/>
Económico .....	<input type="checkbox"/>
Outro – Qual? _____	<input type="checkbox"/>

13. Na sua opinião quais são as 3 principais desvantagens do patrulhamento a cavalo em relação ao motorizado? Em que 1 é a mais importante e a 3 a menos importante.

Velocidade de patrulhamento.....	<input type="checkbox"/>
Custos.....	<input type="checkbox"/>
Raio de acção das patrulhas .....	<input type="checkbox"/>
Autonomia.....	<input type="checkbox"/>
Capacidade de intervenção.....	<input type="checkbox"/>
Gastos com os solípedes .....	<input type="checkbox"/>
Menos cómodo para o militar .....	<input type="checkbox"/>
Mais cansativo.....	<input type="checkbox"/>
Outro – Qual? _____	<input type="checkbox"/>

OBRIGADO

## APÊNDICE C – OUTPUTS SPSS

Tabelas criadas com SPSS® versão 15.0 para Windows.

**Tabela C.1: Frequência da variável “Idade”.**

Idade				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
	23	1	1,2	1,2
	24	1	1,2	2,4
	25	10	11,8	14,3
	26	6	7,1	21,4
	27	7	8,2	29,8
	28	10	11,8	41,7
	29	9	10,6	52,4
	30	7	8,2	60,7
	31	9	10,6	71,4
	32	3	3,5	75,0
Valid	33	4	4,7	79,8
	34	1	1,2	81,0
	35	1	1,2	82,1
	36	1	1,2	83,3
	38	3	3,5	86,9
	39	1	1,2	88,1
	40	1	1,2	89,3
	45	1	1,2	90,5
	46	3	3,5	94,0
	48	1	1,2	95,2
	49	1	1,2	96,4
	50	3	3,5	100,0
	Total	84	98,8	100,0
Missing	System	1	1,2	
	Total	85	100,0	

**Tabela C.2: Frequência da variável “Arma”.**

Arma					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Infantaria	68	80,0	80,0	80,0
	Cavalaria	17	20,0	20,0	100,0
	Total	85	100,0	100,0	

**Tabela C.3: Frequência da variável “Função”.**

Função					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Cmdt GTer	11	12,9	12,9	12,9
	Cmdt DTer	74	87,1	87,1	100,0
	Total	85	100,0	100,0	

**Tabela C.4: Frequência da variável “Área”.**

Área					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Urbana	3	3,5	3,5	3,5
	Rural	5	5,9	5,9	9,4
	Mista	77	90,6	90,6	100,0
	Total	85	100,0	100,0	

**Tabela C.5: Frequência da variável “Localização ZA”.**

Localização ZA					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Litoral	34	40,0	42,5	42,5
	Interior	46	54,1	57,5	100,0
	Total	80	94,1	100,0	
Missing	System	5	5,9		
Total		85	100,0		

**Tabela C.6: Frequência da variável “Área Protegida”.**

Área Protegida					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	58	68,2	69,9	69,9
	Não	25	29,4	30,1	100,0
	Total	83	97,6	100,0	
Missing	System	2	2,4		
Total		85	100,0		

**Tabela C.7: Frequência da variável “Meios Hipo”.**

Meios Hipo					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	44	51,8	51,8	51,8
	Não	41	48,2	48,2	100,0
	Total	85	100,0	100,0	

**Tabela C.8: Frequência da variável “Frequência”.**

Frequência					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	2	2,4	4,7	4,7
	3	4	4,7	9,3	14,0
	4	10	11,8	23,3	37,2
	5	12	14,1	27,9	65,1
	6	15	17,6	34,9	100,0
	Total	43	50,6	100,0	
Missing	System	42	49,4		
Total		85	100,0		

**Tabela C.9: Frequência da pergunta sete.**

	Tipo Pat 1ª escolha	Tipo Pat 2ª escolha	Tipo Pat 3ª escolha
Pat Urbano	8	5	17
Pat Rural	14	12	3
Pat. Áreas Florestais	14	12	6
Pat. Praias/Parques estacionamento	5	8	5
Outro	1	1	5

**Tabela C.10: Frequência da pergunta oito.**

	Tipo Pat 1ª escolha	Tipo Pat 2ª escolha	Tipo Pat 3ª escolha
Pat Urbano	8	4	6
Pat Rural	7	10	16
Pat. Áreas Florestais	19	15	6
Pat. Praias/Parques estacionamento	8	8	9
Outro	0	1	0

**Tabela C.11: Tabela de frequências da variável “Utilidade”.**

Utilidade					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Dois	6	7,1	7,1	7,1
	Três	8	9,4	9,4	16,5
	Quatro	21	24,7	24,7	41,2
	Cinco	35	41,2	41,2	82,4
	Muito	15	17,6	17,6	100,0
	Total	85	100,0	100,0	

**Tabela C.12: Tabela de frequências da variável “Utilidade áreas florestais”.**

Utilidade áreas florestais					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nada	1	1,2	1,2	1,2
	Dois	1	1,2	1,2	2,4
	Três	4	4,7	4,7	7,1
	Quatro	22	25,9	25,9	32,9
	Cinco	29	34,1	34,1	67,1
	Muito	28	32,9	32,9	100,0
	Total	85	100,0	100,0	

**Tabela C.13: Tabela de frequências da variável “Pat SEPNA”.**

Pat SEPNA					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nada	2	2,4	2,4	2,4
	Dois	19	22,4	22,4	24,7
	Três	10	11,8	11,8	36,5
	Quatro	18	21,2	21,2	57,6
	Cinco	26	30,6	30,6	88,2
	Muito	10	11,8	11,8	100,0
	Total	85	100,0	100,0	

**Tabela C.14: Frequência da pergunta 12.**

	Vantagem Principal	Segunda Vantagem	Terceira Vantagem
Visibilidade	29	10	16
Discrição na aproximação	8	8	6
Capacidade Vigilância	11	15	6
Sentimento de segurança	2	10	11
Mobilidade áreas florestais	17	11	13
Capacidade dissuasão	2	4	9
Impacto nos cidadãos	9	18	11
Não poluente	3	4	6
Económico	0	1	2
Outro	0	0	1

**Tabela C.15: Frequência da pergunta 13.**

	Principal Desvantagem	Segunda Desvantagem	Terceira Desvantagem
Velocidade	12	4	5
Custos	12	10	10
Raio acção patrulhas	21	22	12
Autonomia	4	9	14
Capacidade intervenção	17	16	11
Gastos com solípedes	7	7	5
Menos cómodo para militar	1	8	13
Mais cansativo	3	1	7
Outro	3	2	2

**Tabela C.16: Índice de aceitação**

Aceitação					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoavelmente	6	7,1	7,1	7,1
	Moderadamente	19	22,4	22,4	29,4
	Bastante	34	40,0	40,0	69,4
	Muito	26	30,6	30,6	100,0
	Total	85	100,0	100,0	

# ANEXOS

## ANEXO D – PROGRAMA XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

### CAPÍTULO III

#### QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

##### I. MAIS QUALIDADE AMBIENTAL E MELHOR ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

###### 1. Ambiente e ordenamento do território no centro da estratégia de desenvolvimento

O Governo colocará a política de ambiente e ordenamento do território no centro da sua estratégia para o desenvolvimento do País. Isto implicará devolver ambição à política de ambiente e ordenamento do território e reforçar a integração das preocupações ambientais e territoriais nas diferentes políticas sectoriais, do turismo à agricultura, da indústria às florestas, das obras públicas à cultura. Este objectivo reveste-se de particular relevância nos sectores em que estão em causa compromissos internacionais. É o caso das metas fixadas no âmbito do combate global às alterações climáticas no quadro do Protocolo de Quioto, com implicações em diversas políticas sectoriais, com destaque para as de energia e de transportes, tendo em vista a redução das emissões de gases com efeito de estufa. A política de ambiente e ordenamento do território tem dois objectivos principais: alcançar a convergência ambiental com a Europa e promover a coesão territorial, a nível nacional e europeu. Esta visão implica uma grande capacidade de coordenação e integração de políticas, que este Governo promoverá, nomeadamente, através de um sistema de gestão territorial mais efectivo, mais coerente, mais descentralizado e mais responsável perante os cidadãos.

(...)

###### 3. Promover a coesão territorial, favorecer o desenvolvimento das regiões

O melhor aproveitamento do potencial de desenvolvimento das várias regiões e cidades do País e o combate eficaz às disparidades existentes pressupõem a existência de estratégias de coesão territorial adequadas. Estas estratégias incluem três componentes

principais interligadas: conservação da natureza e biodiversidade; desenvolvimento regional e local; integração em redes supranacionais.

O XVII Governo assumirá o objectivo de inverter o ciclo de degradação e desinvestimento na política de conservação da natureza e da biodiversidade, comprometendo-se a concretizar a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e articulá-la com as políticas sectoriais; rever o complexo regime jurídico da conservação da natureza e valorizar a Rede Natura, em estreita interligação com o aproveitamento das oportunidades associadas à implementação da nova política de desenvolvimento rural; dinamizar o Programa Nacional de Turismo de Natureza e promover um esforço de educação ambiental para o usufruto sustentável destes espaços naturais; promover a reorganização do Instituto de Conservação da Natureza, devolvendo-lhe dignidade e superando, progressivamente, a situação de grave estrangulamento financeiro em que se encontra.

No que se refere especificamente ao Litoral, será desenvolvida uma política integrada e coordenada para as zonas costeiras, em articulação com a política para o Mar, que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística mas que enquadre, também, a sustentabilidade e a qualificação das actividades económicas que aí se desenvolvam. Por outro lado, serão intensificadas as medidas de salvaguarda de riscos naturais na faixa costeira, designadamente por via de operações de monitorização e identificação de zonas de risco, aptas a fundamentar os planos de acção necessários a uma adequada prevenção, protecção e socorro.

As políticas de desenvolvimento regional e local procurarão enquadrar e contrariar a tendência de excessiva litoralização do País e de desertificação do interior e outras zonas deprimidas, com o seu reverso que é a expansão descontrolada das áreas urbanas e urbanizáveis, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com a correspondente concentração de recursos económicos e sociais. Serão estimuladas iniciativas que contribuam para um sistema urbano mais policêntrico e para uma relação cidade-campo mais integrada e equilibrada, bem como para a promoção de factores de competitividade e equidade social. No quadro dessas políticas, permanecem necessárias medidas transitórias de discriminação positiva e mesmo alguns desvios ao princípio do utilizador-pagador. Todavia, o mais importante é potenciar o dinamismo dos sectores económicos que em cada região podem impulsionar o desenvolvimento e a sua integração em espaços mais vastos.

As estratégias de coesão territorial apostarão, ainda, na crescente integração do País e das suas regiões e cidades em espaços supranacionais (ibérico, europeu, extra-europeu e global). O acesso às infra-estruturas do século XXI, a presença em redes transeuropeias e transnacionais de mobilidade (transportes, comunicações) e de conhecimento (universidades, centros de I&D), e a gestão concertada de redes ecológicas supranacionais serão estimulados e apoiados. O reforço do papel das cidades e regiões portuguesas em redes de cooperação para o desenvolvimento, criatividade e inovação será igualmente estimulado. E o Mar será reconhecido como um recurso essencial para uma nova posição de Portugal no Mundo, reforçada pela centralidade atlântica do País numa relação intercontinental.

## ANEXO E – CRIAÇÃO DA GUARDA REAL DA POLÍCIA DE LISBOA



## DECRETO.

**S**ENDO muito conveniente , não só para a segurança , e tranquillidade da Cidade de Lisboa , Capital dos Meus Vastos Dominios , mas para que na mesma a ordem da Policia receba huma nova consolidação , que á imitação das outras grandes Capitães se estabeleça hum Corpo permanente , o qual vigie na conservação da ordem , e tranquillidade pública , e que obedeça , no que toca á disciplina Militar , ao General das Armas da Provincia , e no que toca ao exercicio das suas funções , ao Intendente General da Policia : Hey por bem crear huma Guarda Real da Policia de Lisboa , de pé , e de cavallo , para vigiar na Cidade de Lisboa , e para a guardar pela fórma , e maneira , que se regula no Plano , que baixa com este , assinado pelo Ministro , e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho , a quem Fui servido encarregar de levar á Minha Real Presença os Negocios concernentes á Inspeção da Policia da Corte e Reino ; o qual Plano em toda a sua extensão , e particularidades se entenderá formar parte deste Decreto. Assim o Mando par-

( 2 )

participar ao Conselheiro de Estado, Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, e ao Conselho de Guerra para se fazer executar em cada Repartição pela parte que lhe toca. O mesmo Ministro, e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Presidente do Meu Real Erario, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio de Quéluz em dez de Dezembro de mil oitocentos e hum.

*Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N. S.*

Secretaria de Estado em 2 de Janeiro de 1802.

*Manoel Travassos da Costa Araujo.*

Fonte: Arquivo Histórico GNR.

## **ANEXO F – LEI ORGÂNICA DE 3 DE MAIO DE 1911**

### **Preâmbulo**

Datam de longe as reclamações dos povos por falta de uma policia rural que lhes assegura o livre trânsito das estradas e caminhos e lhes proteja as propriedades contra os frequentes assaltos de vagabundos e malfeitores, que saqueiam os frutos e danificam as culturas.

Alguns municípios têm tentado organizar pequenos corpos de polícia rural para a guarda dos campos, mas, quer por falta de suficientes recursos materiais, quer por falta de uma conveniente organização e instrução, estes corpos não tem correspondido ao fim para que foram criados. Do mesmo modo os corpos de polícia civil dos distritos, empregados quase que exclusivamente no policiamento das capitais deixam sem protecção os campos e as povoações rurais.

Este lamentável estado de abandono a que se acham votados os campos faz-se sentir perniciosamente na riqueza pública por ficarem por cultivar muitos terrenos, visto não poderem os seus proprietários eficazmente. Não menos prejudicado é o Estado com este estado de coisas pela correlativa diminuição dos rendimentos públicos.

Outro não menos inconveniente da falta de um corpo de policia rural é o emprego constante das forças do exercito nesse serviço, em destacamentos com maior ou menor permanência nas povoações, ou nomeados eventualmente para acudir a um ou outro ponto onde a ordem pública tenha sido alterada; para o policiamento de feiras e arraiais ou para a condução de presos; tudo com bastante dispêndio para o Estado e prejuízo da instrução e educação militar, que o exército carece ter no mais alto grau de perfeição para o desempenho da mais alta missão que lhe está confiada, sem que, todavia, o serviço prestado por essas forças satisfaça cabalmente, como é óbvio, por falta de instrução adequada.

Em todas as nações cultas existem hoje, além dos corpos destinados à polícia urbana, outros perfeitamente organizados e instruídos para a polícia dos campos e povoações rurais, de que resultam incalculáveis benefícios para a segurança e tranquilidade dos povos...

**ANEXO G – EFECTIVO CAVALARIA GNR**  
**DISTRIBUIÇÃO DOS CAVALOS PELAS**  
**BRIGADAS TERRITORIAIS**

**Quadro G.1: Efectivo cavalaria Brigada Ter. nº 2.**

<b>MAPA EFECTIVOS CAVALARIA BRIGADA Nº 2</b>			
SubUn	PT	EFECTIVOS	
		HOMENS	CAVALOS
GTer Santarém	Sardoal	7	2
	Rio Maior		
	Tomar	3	2
	Almeirim	3	2
GTer Leiria	Pombal	6	5
GTer Setúbal	Grândola	7	2
	Torrão		
	Alcácer do Sal	7	4
	Santiago do Cacém	10	3
GTer Almada	Paio Pires	8	6
<b>TOTAL</b>		<b>14</b>	<b>26</b>

**Fonte: 5ª Repartição CG/GNR**

Quadro G.2: Efectivo cavalaria Brigada Ter. nº 3.

MAPA EFECTIVOS CAVALARIA BRIGADA Nº 3			
SubUn	PT	EFECTIVOS	
		HOMENS	CAVALOS
C C S		22	24
GTer Beja	Aljustrel	7	4
	Mértola	5	4
	Beja	1	0
	Serpa	8	4
	VN. Milfontes	6	4
GTer Évora	Estremoz	7	5
	Montemor	8	4
	Portel	7	4
	Reguengos	8	4
GTer Faro	Loulé	9	5
	Vilamoura	8	4
	Tavira	7	0
GTer Portalegre	Campo Maior	5	4
	Elvas	6	5
	Fronteira	5	5
	Gavião	5	4
	Nisa	7	4
	Ponte Sôr	6	4
	Alter do Chão	5	5
GTer Portimão	Albufeira	14	4
	Lagos	7	4
	Silves	7	0
TOTAL		<b>170</b>	<b>105</b>

Fonte: 5ª Repartição CG/GNR

Quadro G.3: Efectivo cavalaria Brigada Ter. nº 4.

MAPA EFECTIVOS CAVALARIA BRIGADA Nº 4			
SubUn	PT	EFECTIVOS	
		HOMENS	CAVALOS
1º Esquadrão	Comando	25	33
	Moncorvo	6	4
	Chaves	11	4
	Montalegre	7	4
TOTAL		<b>49</b>	<b>45</b>

Fonte: 5ª Repartição CG/GNR

Quadro G.4: Efectivo cavalaria Brigada Ter. nº 5.

MAPA EFECTIVOS CAVALARIA BRIGADA Nº 5			
SubUn	PT	EFECTIVOS	
		HOMENS	CAVALOS
CCS		14	13
Gter Viseu	Viseu	9	4
Gter Aveiro	Gafanha da Nazaré	6	3
	Anadia	13	4
Gter Coimbra	Lousã	8	4
Gter Guarda	Pinhel	9	4
	Gouveia	10	4
	Seia	8	4
Gter Castelo Branco	sertã	6	3
Gter São João da Madeira	S.M.Lamas	11	4
TOTAL		<b>94</b>	<b>47</b>

Fonte: 5ª Repartição CG/GNR



Figura G.1: Distribuição dos meios a cavalo.  
 Fonte: Jacinto, et al. (2006, p.13)

## ANEXO H – SEPNA

**Quadro H.1: Efectivos no inicio do SEPNA.**

	Oficiais	Sargentos	Praças	Total
Comando Geral	2	0	3	5
Brigada nº 2	1	4	56	61
Brigada nº 3	1	5	59	65
Brigada nº 4	1	7	55	63
Brigada nº 5	1	7	72	80
Brigada Fiscal	0	0	10	10
Escola Prática	1	3	1	5
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>26</b>	<b>256</b>	<b>289</b>
<b>Total Previsto</b>	<b>450</b>			

Fonte: CSEPNA (2003, p. 9).

**Quadro H.2: Efectivo SEPNA no ano de 2006.**

	Oficiais	Sargentos	Praças	Total
CSEPNA	3	3	4	10
Brigada nº 2	1	13	87	101
Brigada nº 3	1	7	76	84
Brigada nº 4	1	7	85	93
Brigada nº 5	1	11	94	106
Escola Prática	1	2	0	3
Brigada Fiscal	1	3	21	25
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>46</b>	<b>367</b>	<b>422</b>

Fonte: Adaptado de Relatório Actividades SEPNA – 2006.

Quadro H.3: Quadro orgânico SEPNA no ano de 2006.

	Oficiais	Sargentos	Praças	Total Militares	Mestre Principal	Mestre	Guarda-florestal	Total ex CNGF
<b>CSEPNA</b>	3	3	4	<b>10</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Brigada nº 2</b>	1	13	87	<b>101</b>	3	24	35	<b>72</b>
<b>Brigada nº 3</b>	1	7	76	<b>84</b>	2	21	21	<b>44</b>
<b>Brigada nº 4</b>	1	7	85	<b>93</b>	0	0	165	<b>165</b>
<b>Brigada nº 5</b>	1	11	94	<b>106</b>	4	24	144	<b>172</b>
<b>Escola Prática</b>	1	2	0	<b>3</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Brigada Fiscal</b>	1	3	21	<b>25</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	9	46	367	<b>422</b>	9	79	365	<b>453</b>
<b>Total SEPNA</b>	<b>875 Elementos</b>							

Fonte: Adaptado de Relatório Actividades SEPNA (2006, p. 10).

Quadro H.4: Quadro orgânico SEPNA em Janeiro 2008.

Unidade	Militares SEPNA			Ex. CNGF		
	Oficiais	Sargentos	Guardas	Mestre Principal	Mestre	Guarda
CSEPNA	3	3	10	0	0	0
Órgão Formação	1	2	1	0	0	0
Brigada Territorial nº 2	1	12	98	3	34	35
Brigada Territorial nº 3	1	7	86	0	19	14
Brigada Territorial nº 4	1	9	100	9	45	108
Brigada Territorial nº 5	1	14	110	3	52	117
Brigada Fiscal	1	3	27	0	0	0
Total (militares/ex CNGF)	<b>491</b>			<b>439</b>		
<b>Total</b>	<b>930</b>					

Fonte: Chefia SEPNA/CG/GNR.

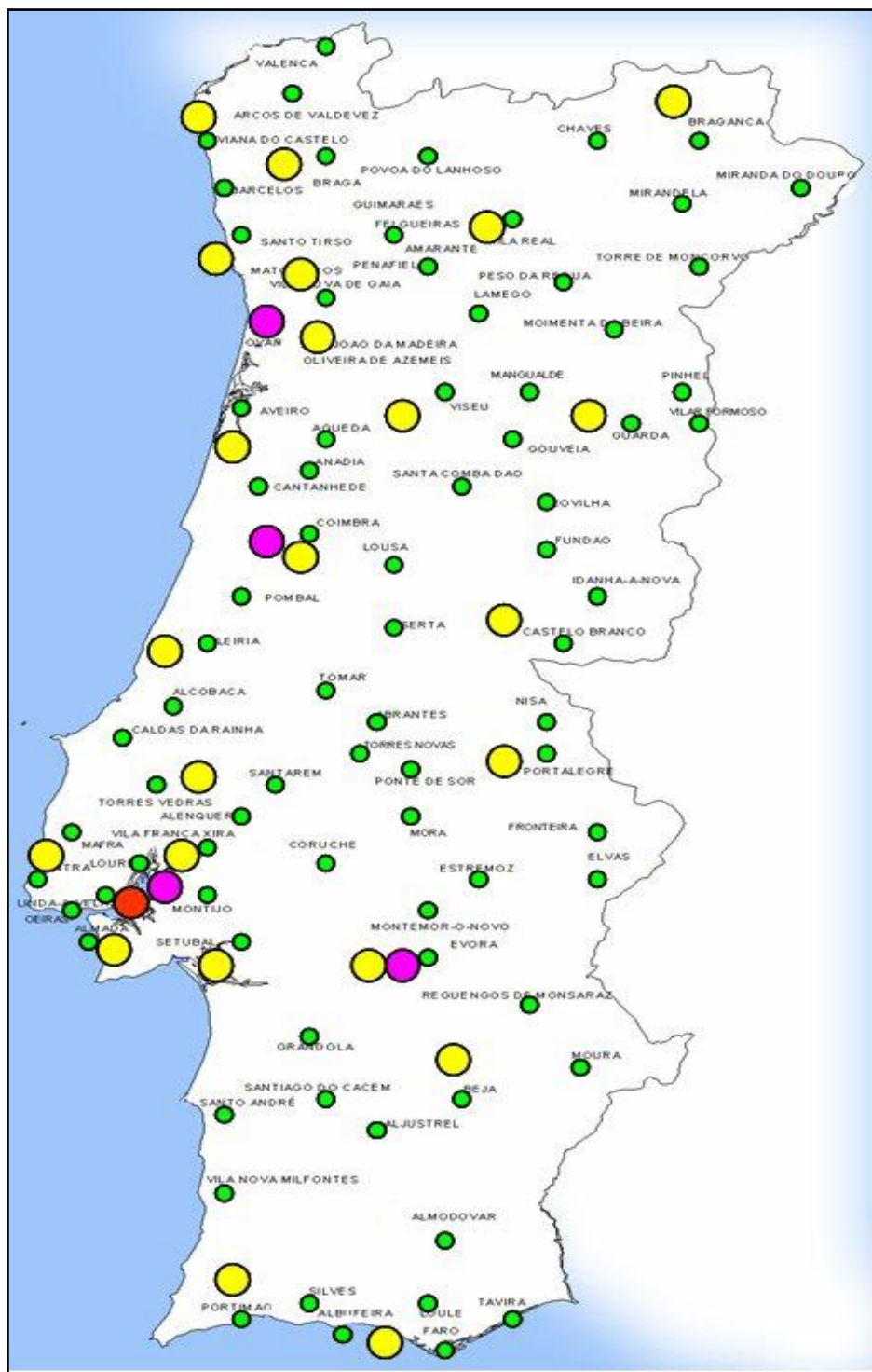


Figura H.1: Implantação nacional do SEPNA.

Fonte: Site da GNR

- **ORGÃO COORDENADOR NACIONAL/CG**
- **ORGÃO COORDENADOR REGIONAL/CMD BRIG TER**
- **ORGÃO COORDENADOR DISTRITAL/CMD GTER**
- **EPNA**

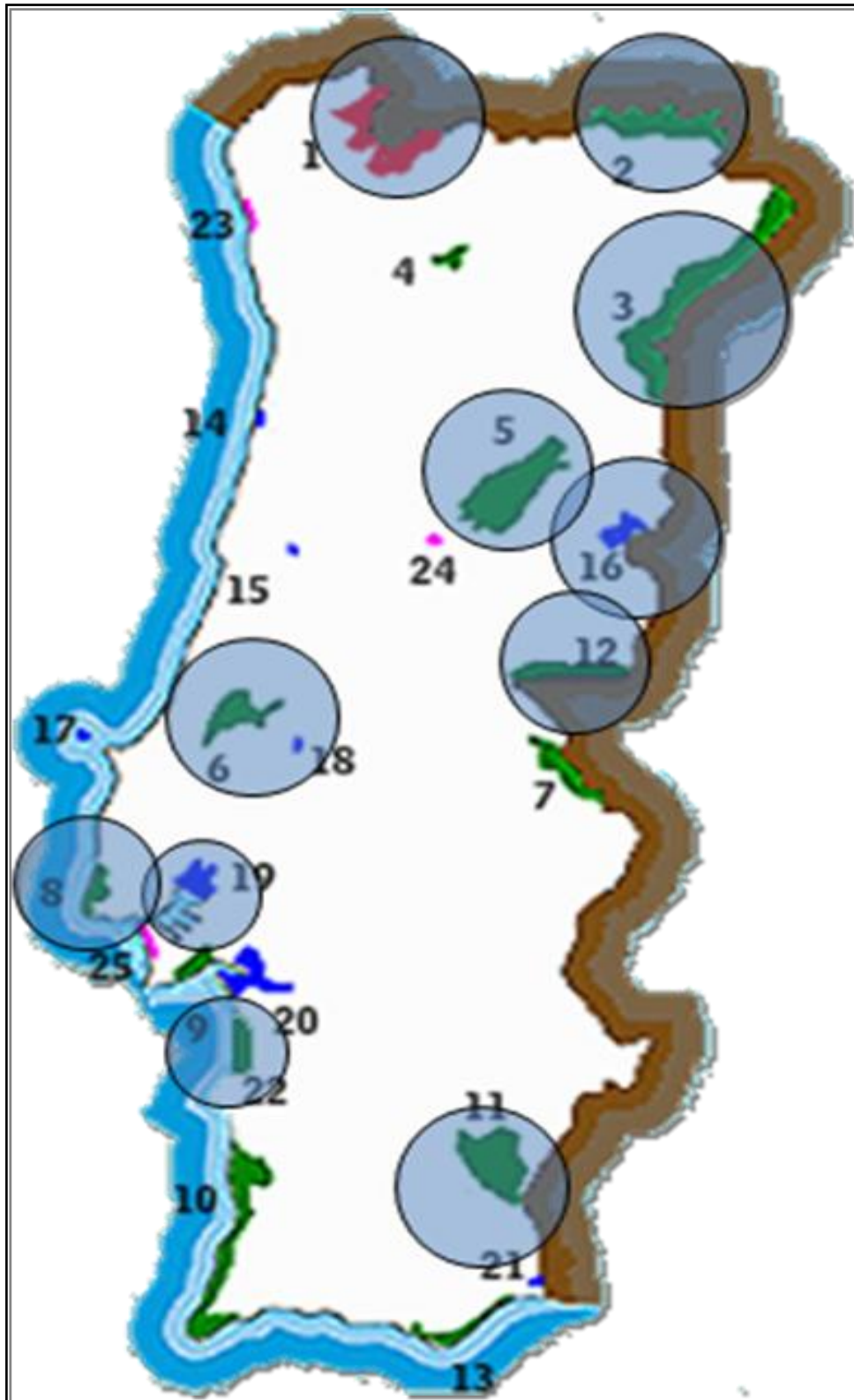


Figura H.2: Equipas EPNAZES do SEPNA.  
Fonte: Chefia SEPNA.

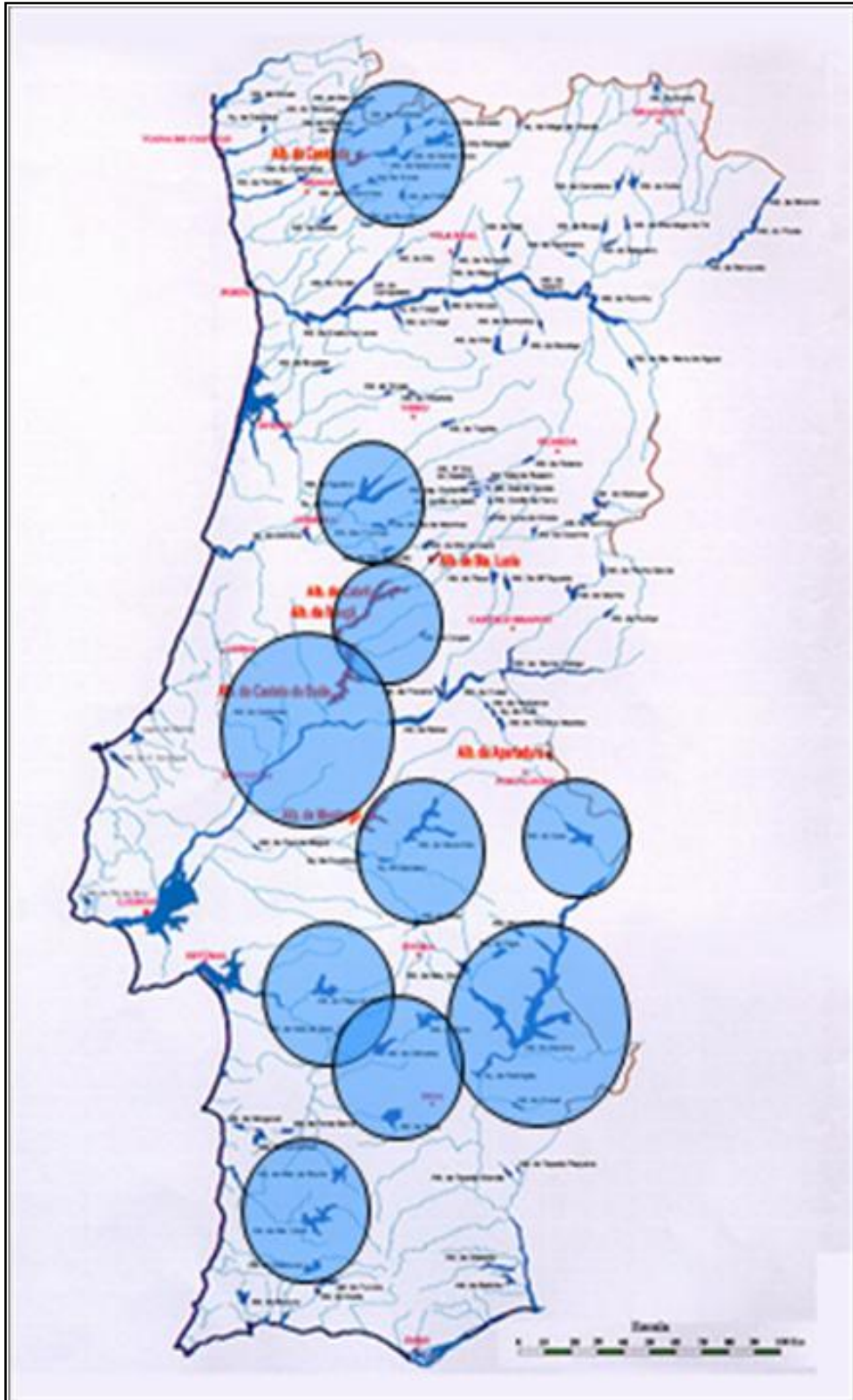


Figura H.3: Localização Equipas Náuticas SEPNA.  
Fonte: Chefia SEPNA

## ANEXO I – MOBILIDADE PATRULHAMENTO A CAVALO

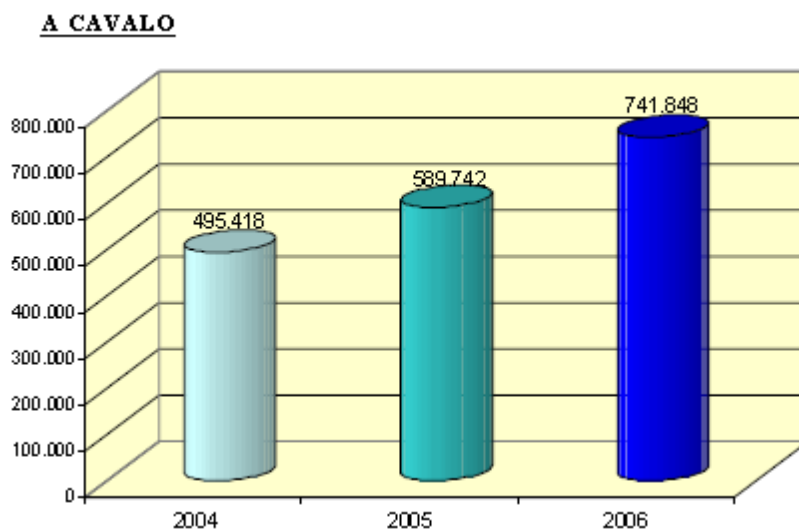


Gráfico I.1 – Evolução patrulhamento a cavalo (km).

Fonte: 4ª Repartição CG/GNR